

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL

REBECCA ALMEIDA YOKOSHIRO

TRILHANDO O SANEAMENTO

**Uma análise do trabalho do Assistente Social na Política de Saneamento, em
Salvador/BA**

Salvador
2017

REBECCA ALMEIDA YOKOSHIRO

**TRILHANDO O SANEAMENTO: UMA ANÁLISE DO TRABALHO DO
ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE SANEAMENTO, EM SALVADOR/BA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado ao Colegiado de Serviço Social da
Universidade Federal da Bahia, como requisito
parcial para obtenção do grau de Bacharel em
Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Ferreira
Cardoso

Salvador

2017

REBECCA ALMEIDA YOKOSHIRO

**TRILHANDO O SANEAMENTO: UMA ANÁLISE DO TRABALHO DO
ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE SANEAMENTO, EM SALVADOR/BA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Colegiado de Serviço Social, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Ana Maria Ferreira Cardoso – Orientadora
Universidade Federal da Bahia

Profa. Dra. Jacqueline Samagaia
Universidade Federal da Bahia

Profa. Dra. Valéria dos Santos Noronha Miranda
Universidade Federal da Bahia

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus porque sei que Ele tem um propósito, diante de todas as coisas, para todos que O amam, e até aqui a mão dEle tem me sustentado.

Aqui também, o meu “muito obrigada” para a minha família. Meu pai Paulo Roberto Aziz Yokoshiro que é o meu exemplo de integridade, perseverança e coragem; ele que sempre me incentiva e me leva a enxergar o melhor em todas as situações. Minha mãe Rizélia Almeida Aziz Yokoshiro, exemplo de mulher determinada e focada; ela que tem o “rir” no nome e um sorriso que brilha.

Aos meus amigos que foram pacientes e, muitas vezes, confiaram mais na minha capacidade do que eu mesma; obrigada por terem passado por esse momento junto comigo, com certeza a carga fica mais leve quando dividida.

A minha orientadora Ana Maria Ferreira Cardoso que contribuiu grandiosamente com a minha formação tanto profissional, quanto pessoal, exemplo de profissional compromissada com os valores éticos e políticos da profissão.

Como não mencionar o meu quarteto? Mariana Farias, Lorena Ferreira e Yane Gonçalves, cada uma com a sua personalidade, com sua opinião, mas com algo em comum: a cumplicidade, sempre juntas até em momentos de crise no relacionamento. Juntas aprendemos que é bom ser diferente, temos apenas um modo de enxergar as coisas até que aparece alguém e nos mostra novos, obrigada por todo respeito, carinho e amizade que conquistamos.

YOKOSHIRO, Rebecca Almeida. Trilhando o Saneamento: uma análise do trabalho do assistente social na política de Saneamento, em Salvador/BA. 56 páginas. Curso de Serviço Social. Universidade Federal da Bahia, 2017

Resumo

O Serviço Social tem, cada vez mais, alcançado espaços sócio ocupacionais próprios e firmado sua atuação nestes. Como uma das atribuições dos assistentes sociais, destaca-se a capacidade de planejar, executar e avaliar planos, programas e projetos que envolvam as políticas públicas sociais. Conhecendo o caráter contraditório tanto da profissão, quanto das próprias políticas que ora respondem aos interesses do capital e ora aos interesses da classe trabalhadora, os assistentes sociais precisam agir em conformidade com o projeto ético político da profissão, bem como articulando as três dimensões da profissão, quais sejam: ético-política, teórico-metodológica, técnico-operativa. Inserida no rol das mais variadas políticas, encontra-se a Política de Saneamento que tem requerido a ação dos profissionais de Serviço Social, cada vez mais. Nesse sentido este trabalho tem por objetivo geral compreender de que forma tem se efetivado o trabalho do assistente social na política de saneamento, para tanto, desmembramos os objetivos específicos constam em compreender como se articulam as três dimensões do trabalho profissional do Assistente Social, na política de saneamento; quais as demandas que são postas no cotidiano desses profissionais, quais as condições objetivas de trabalho a que estes se encontram submetidos e identificar os desafios à atuação profissional do Assistente Social na política de saneamento. Serão trazidos, brevemente, dois contextos históricos: Serviço Social no Brasil e a Política de Saneamento no Brasil para então serem apresentados alguns dados, coletados através de entrevistas –com assistentes sociais que elucidem a questão central da monografia, onde foi possível percebermos os instrumentos mais utilizados pelos profissionais, tal qual o diagnóstico social, as reuniões, as documentações; também foram trazidos alguns desafios como a superação da questão de gênero e hierarquia profissional que perpassam pela sociedade e, conseqüentemente, nas instituições e, entre outros. Ainda há um longo caminho a ser trilhado na Política de Saneamento, acreditamos que esse trabalho poderá contribuir para uma maior aproximação e desvendamento das nossas atribuições nesta.

PALAVRAS CHAVE: Serviço Social, Saneamento, Política Social, Trabalho Social

Abstract

The Social Service has reached its own occupational social spaces and established its performance in these. One of the functions of social workers is the ability to plan, execute and evaluate plans, programs and projects involving social public policies. Knowing the contradictory character of both the profession and the policies that now respond to the interests of capital and now to the interests of the working class, social workers must act in accordance with the political ethical project of the profession, as well as articulating the three dimensions of the profession, Which are: ethical-political, theoretical-methodological, technical-operational. Inserted in the roll of the most varied policies, there is the Sanitation Policy that has required the action of Social Service professionals, more and more. In this sense, the general objective of this work is to understand how the social worker's work has been carried out in the sanitation policy. For this purpose, the specific objectives are to understand how the three dimensions of the social worker's work are articulated in politics of sanitation; What are the demands that are put on the daily life of these professionals, what are the objective conditions of work to which they are submitted and identify the challenges to the professional work of the Social Worker in the sanitation policy. Besides, two historical contexts will be brought briefly: Social Service in Brazil and the Sanitation Policy in Brazil, to be presented with some data, collected through interviews - with social workers that elucidate the central issue of the monograph, where it was possible to perceive the instruments that are most used by professionals, such as social diagnosis, meetings, documentation; Some challenges have also been brought forward, such as overcoming the gender and professional hierarchy that permeates society and, consequently, institutions and, among others. There is still a long way to go in the Sanitation Policy, we believe that this work may contribute to a greater approximation and unveiling of our attributions in this.

KEY WORDS: Social Service, Sanitation, Social Policy, Social Work

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA DE SANEAMENTO: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE OS PROCESSOS HISTÓRICOS	16
1.1 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E SUA ATUAÇÃO NAS POLÍTICAS SOCIAIS	16
1.2 A POLÍTICA DE SANEAMENTO NO BRASIL	23
2 O FAZER PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE SANEAMENTO	30
2.1 A INSTRUMENTALIDADE NO FAZER PROFISSIONAL	31
2.2 CONDIÇÕES OBJETIVAS DE TRABALHO	42
2.3 DESAFIOS À ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE SANEAMENTO	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	53

INTRODUÇÃO

Situado no cerne do debate acerca das áreas de atuação do Serviço Social, bem como as condições de trabalho que são enfrentadas e vivenciadas por estes profissionais, o trabalho a ser apresentado busca pensar – como seu foco principal – o trabalho do Assistente Social na política de Saneamento, compreendendo, de forma conjunta, as dimensões: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético política. É importante ressaltar que para Sousa (2008), trata-se de uma articulação entre teoria e prática, investigação e intervenção, pesquisa e ação, ciência e técnica; as quais não devem ser pensadas de forma separadas, ou acarretarão em uma desqualificação profissional.

Ao discutirmos o trabalho do Assistente Social, considerando que o Serviço Social é uma profissão inserida na divisão sócio técnica do trabalho, é necessário entendermos que, diante da realidade do mundo de trabalho, em que a precarização tem sido cada vez mais uma característica forte e presente do capitalismo, o que implica diretamente na intervenção de todos os profissionais das mais diversas áreas, incluindo os Assistentes Sociais que estão, de certa forma, submetidos e sendo fortemente impactados por essa realidade do trabalho ao que se refere as demandas que lhes tem sido postas e, conseqüentemente nas formas de atuação, como aborda Raichellis (2011, p.249):

O trabalho do assistente social é, nesses termos, expressão de um movimento que articula conhecimentos e luta por espaços no mercado de trabalho; competências e atribuições privativas que têm reconhecimento legal nos seus estatutos normativos e reguladores (Lei de Regulamentação Profissional, Código de Ética, Diretrizes Curriculares da formação profissional), cujos sujeitos que a exercem, individual e coletivamente, se subordinam às normas de enquadramento institucional, mas também se organizam e se mobilizam no interior de um movimento dinâmico e dialético de trabalhadores que repensam a si mesmos e a sua intervenção no campo da ação profissional.

Levando em consideração esta e outras especificidades, buscaremos analisar a presença do Serviço Social na Política de Saneamento, destacando, entre outros pontos, o Serviço Social como profissão, as bases e linhas teórico e metodológicas que embasam a atuação, bem como a visão ético política proposta nos documentos

legais e demais referenciais da profissão, também os instrumentos técnicos e operativos utilizados por esses profissionais em seu cotidiano.

A escolha por analisar e problematizar este tema, foi motivada por experiências em dois grupos de pesquisa, um primeiro intitulado “O trabalho do Assistente Social em Salvador: contribuições para o debate atual” que visava, justamente, contribuir com o debate acerca de como tem sido efetivado o trabalho dos Assistentes Sociais na cidade de Salvador, nas mais diversas políticas, entre elas: saúde, educação, previdência, habitação, saneamento, assistência; discutindo alguns pontos como: condições objetivas de trabalho desses profissionais, as demandas que lhe são colocadas – tanto pela instituição, quanto pelos usuários – e as respostas que são dadas frente a estas demandas. Especificando mais o plano de trabalho, oportunamente, nos aproximamos da Política de Saneamento, surgindo, a partir daí, uma curiosidade maior pelo tema e por conhecer como se dá atuação dos assistentes sociais nesta política. O segundo projeto de pesquisa, que ainda está em fase de execução, encontra-se mais vinculado a Política de Saneamento em si, intitulado: “A realidade do trabalho dos Assistentes Sociais nas políticas de habitação, urbana e de saneamento, na cidade de Salvador/BA”, cujo plano de trabalho está centrado na Política de Saneamento em si.

Primeiramente, acreditamos que seja importante apresentar um breve relato de como a Política de Saneamento tem sido tratada no Brasil e sua trajetória. Uma das primeiras questões que devem ser demarcadas, aqui, diz respeito ao fato de que o movimento da Reforma Sanitária se vê intrinsecamente relacionado à Saúde; bem como identificar como o Serviço Social se aproximou da Reforma Sanitária.

Nas décadas de 80/90 estavam em debate dois projetos ético-políticos que envolviam, em linhas gerais, a saúde: de um lado, um projeto privatista de uma lógica mercantilista da saúde e, do outro lado, o projeto da Reforma Sanitária. O que impactou fortemente nas ações requisitadas pelos profissionais do Serviço Social, como referendam Bravo e Matos (2004, p.10):

O projeto privatista requisitou, e vem requisitando, ao assistente social, entre outras demandas: seleção sócio-econômica dos usuários, atuação psicossocial através de aconselhamento, ação fiscalizatória aos usuários dos planos de saúde, assistencialismo através da ideologia do favor e predomínio de práticas individuais. Entretanto, o projeto da reforma sanitária vem apresentando como demandas que o assistente social trabalhe as seguintes questões: busca de democratização do acesso as unidades e aos serviços de saúde, atendimento humanizado, estratégias de interação da instituição de saúde com a realidade, interdisciplinaridade, ênfase nas abordagens grupais, acesso democrático às informações e estímulo a participação cidadã.

A Reforma Sanitária, em linhas gerais, constituiu-se em um movimento de luta que tinha como pauta principal a democratização da saúde, ou seja, o acesso a uma saúde pública de qualidade; a toda a população em um sistema único e integrado, o que hoje chamamos de Sistema Único de Saúde (SUS), que teve como ponto de partida a promulgação da Constituição de 1988 que trouxe a saúde como um direito de todos e dever do Estado. Considerando o conceito de saúde ampliado, definido no ano de 1946 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), como o estado de um completo bem estar físico, mental e social, deixando para trás a ideia de que a saúde seria meramente a ausência de doença e, relacionando-a a fatores determinantes de ordens variadas, como ordem social, econômica, ambiental e etc. A partir daí entendemos que a Reforma Sanitária aproxima-se da luta por uma Política efetiva de Saneamento, tendo em vista que o saneamento se constitui em um importante determinante da saúde, o que é ainda mais afirmado e oficializado na Lei Orgânica de Saúde 8080/90:

Art. 3º A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o **saneamento básico**, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País.

Dito isto, partimos para uma análise estrutural da Política de Saneamento no Brasil, destacando a própria realidade urbana do país advinda do processo de industrialização que acarretou em uma superpopulação nas cidades, impactando em uma nova forma de pensar o saneamento e a saúde para a população, devido às condições insalubres que enfrentava-se nas metrópoles (BRASIL,1990).

O ritmo de urbanização da economia brasileira impunha uma pressão que se avolumava sobre os sistemas de saneamento. A urbanização que causava uma deterioração contínua dos índices de cobertura dos serviços de água e de esgoto (TUROLLA, 2002, p.11).

Ao longo do tempo, com o alcance da salubridade nas metrópoles centrais, ou seja, as metrópoles onde o nível de industrialização era mais alto e conseqüentemente mais lucrativo ao sistema econômico hegemônico, o saneamento deixou de ser uma pauta que requeria atenção dos governantes, porém, com a alarmante poluição dos recursos hídricos e as novas enfermidades advindas desta poluição, retornou ao cenário de problemáticas que impactam na saúde pública. A partir daí, passou-se a pensar o saneamento não limitado às questões de ordem sanitária mas, também, questões de ordem ambiental, incluindo a discussão através da relação sociedade/meio ambiente/ e/ou relação sociedade/natureza (BORJA, MORAES, 2008).

Diante dessa recapitulação, destacamos que a oficialização da política de Saneamento no Brasil ainda é considerada muito nova, pois foi regulamentada apenas após 20 anos de debates, trazendo um novo marco regulatório através da Lei Nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007 (Lei Nacional de Saneamento Básico) que fora promulgada através do Decreto nº 7217, de 21 de junho de 2010. Um dos aspectos mais importantes que a referida Lei traz, consagrado como um dos seus princípios, diz respeito à universalização do acesso aos serviços de saneamento básico e à participação dos diversos setores da sociedade no controle social. Buscamos destacar alguns dos princípios referidos nesta Lei:

Art. 2º Os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais: universalização do acesso; II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados; V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais; VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante; IX - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados; X - controle social; XI - segurança, qualidade e regularidade (BRASIL, 2007, p.1).

Dessa forma, o saneamento passa a ser entendido em sua relação intrínseca com fatores determinantes de saúde, social, de meio ambiente e etc. Sua relação se dá principalmente com o setor de saúde, sendo este inclusive um de seus fatores macrodeterminantes. Rompe-se com a ideia de que o saneamento seria apenas um mero cuidado que contribuiria para a “prevenção de doenças” mas sim uma “promoção da saúde”. Moraes (1993) define saneamento básico como:

O conjunto de ações, entendidas fundamentalmente como de saúde pública, compreendendo o abastecimento de água em quantidade suficiente para assegurar a higiene adequada e o conforto, com qualidade compatível com os padrões de potabilidade: coleta, tratamento e disposição adequada dos esgotos e dos resíduos sólidos; drenagem urbana de águas pluviais e controle ambiental de roedores, insetos, helmintos e outros vetores e reservatórios de doenças.

Pode-se dizer, então, que o saneamento está relacionado não apenas a uma questão ambiental mas associa-se também à saúde da população bem como à questão social e outros fatores na busca da promoção de uma ampla qualidade de vida. O artigo 2º, inciso XII, do Decreto Nº 7.217/2010, define universalização como a “ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico”. O que podemos relacionar com a atuação dos Assistentes Sociais que visam a universalização dos direitos, defendendo assim os espaços destes na referida política. Entendemos então, a política de Saneamento, como sendo uma Política Pública de caráter coletivo. Compreendendo que a política pública:

[...] é uma ‘coisa’ de todos *para* todos, que compromete todos (inclusive a lei, que está acima do Estado), podendo traduzir o conceito de *república* (do latim *res*: coisa; *publica*: de todos), o qual envolve tanto o Estado no atendimento de demandas e necessidades sociais, quanto à sociedade no controle democrático desse atendimento (PEREIRA, 2009, p.288).

Ao entendermos o Saneamento como uma Política Pública, principalmente a partir de meados da década de 1980, compreendemos a inserção dos profissionais de Serviço Social nesta, tendo em vista que os Assistentes Sociais têm entre suas atribuições a licença para planejar, formular, avaliar e executar políticas sociais públicas. Ribeiro (2015) destaca que o saneamento básico não é considerado direito fundamental, mas política pública, sendo assim um instrumento para a viabilização de outros direitos como o direito à saúde; ainda, este autor deixa claro, em sua discussão,

a posição que assume em defesa desse direito possuir o caráter de direito fundamental¹.

Um outro fator impulsionador para essa monografia, diz respeito a escassez de materiais produzidos acerca desse tema e, a grande importância de se dar a devida atenção a este, tendo em vista que a política de Saneamento – embora, ainda recente – é uma importante área de atuação dos Assistentes Sociais. Considerando que temos como objeto de trabalho, a “questão social”, fator que abordaremos mais adiante, entendemos que a política de Saneamento ou, mais especificamente, a falta desta vincula-se a expressões da questão social no nosso país, justificando e defendendo desta forma a importância da nossa atuação.

Diante das reflexões acima apresentadas emergiu a seguinte questão: **como se efetiva o trabalho do assistente social na política de saneamento?** Questionamento gerado através da curiosidade despertada pela experiência em dois projetos de pesquisa – já apresentados - que envolviam o trabalho do assistente social na política de saneamento, o que possibilitou uma aproximação com o tema onde foi perceptível a escassez de materiais que o abordassem.

Desse modo, o objetivo geral consiste em compreender de que forma tem se efetivado o trabalho do assistente social na política de saneamento, para alcançar tal compreensão, desmembramos em alguns objetivos específicos como: compreender como se articulam as três dimensões do trabalho profissional do Assistente Social, na política de saneamento; quais as demandas que são postas no cotidiano desses profissionais, quais as condições objetivas de trabalho a que estes se encontram submetidos e identificar os desafios à atuação profissional do Assistente Social na política de saneamento.

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa exploratória que, segundo Gil (2008) proporciona uma maior familiaridade com o problema afim de explicitá-lo; e em sua maioria se dá através de levantamentos bibliográficos e/ou entrevistas com profissionais que entendem do problema a ser pesquisado. A seguir será apresentada

¹ O direito à saneamento básico tem passado por um processo de reconhecimento no que diz respeito à ordem jurídica. Atualmente, foi apresentada uma Proposta e Emenda à Constituição (PEC 2/2016) que torna o saneamento um direito social básico, essa encontra-se em processo de análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ).

a forma metodológica adotada para alcançar o objetivo e ter a questão principal respondida.

Como fora apresentado um dos fatores que impulsionaram o interesse para tratar desse tema foi o projeto de pesquisa vivenciado no ano de 2015, intitulado: “O trabalho do Assistente Social em Salvador: contribuições para o debate atual” que abrangia as mais diversas políticas (saúde, educação, assistência, habitação, saneamento). Trazendo, agora, para a metodologia dessa monografia destacamos que houveram alguns empecilhos no momento de concretizar o que havia sido estabelecido: pretendia-se realizar novas entrevistas que focassem a atuação na política de saneamento em si, tendo em vista que o projeto de pesquisa “impulsionador” trazia um enfoque maior nas condições de trabalho vivenciadas, contudo não foi possível devido aos procedimentos internos da instituição em relação a documentação que, embora entregues, demoraram um longo período para serem validadas pela diretoria da instituição e, até o momento, encontra-se ainda em processo de autorização, dessa forma, ainda somado ao curto espaço de tempo, optamos por utilizadas as entrevistas realizadas no projeto de pesquisa anterior. Em função disso os objetivos específicos também sofreram algumas alterações.

Com isso destacado, a metodologia que utilizamos subdividiu-se em alguns passos, inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico de artigos, livros, pesquisas que abordem a temática central do projeto, bem como buscamos mapear as instituições no estado da Bahia, mais especificamente na cidade de Salvador, que atuam na política de Saneamento e que tenham profissionais de Serviço Social em seu quadro de funcionários. As entrevistas foram orientadas por um roteiro semiestruturado, com as assistentes sociais contatadas, com o propósito de aproximarmos-nos da realidade destes profissionais em seus espaços de trabalho, destacando as demandas que lhe são postas, os instrumentos que utilizam em suas ações, bem como analisar criticamente a que condições de trabalho eles estão submetidos.

A entrevista, que utilizamos como parte da metodologia, é definida por Gil (2011) como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. Esta possui variados níveis de estruturação mas, a que utilizamos foi a semiestruturada, também conhecida como entrevista por pautas, na qual o

entrevistador faz algumas perguntas diretas e permitir que o entrevistado fale livremente acerca destas pautas, podendo o entrevistador intervir quando este se afastar da temática estabelecida.

Para a realização dessas entrevistas presenciais, foram estabelecidos alguns critérios, dentre eles, os diferentes vínculos com a instituição, o tempo de atuação, bem como as diferentes áreas de atuação. O universo considerado para o projeto de pesquisa tratou-se dos assistentes sociais que atuam na política de saneamento na cidade de Salvador. Deste universo, foi possível entrevistar quatro profissionais conforme os critérios citados acima.

Ademais, o processo de análise e avaliação dos dados se deu a partir do momento em que nos aproximávamos das respostas, levando em consideração a questão central levantada nesta monografia, bem como as questões que foram aparecendo nas falas. O processo de análise ficou dividido em dois momentos, visando uma melhor interpretação e apreensão, sendo que primeiramente agrupamos as questões principais que estavam em conformidade com o tema da monografia e; em um segundo momento, utilizando-nos de uma perspectiva qualitativa, buscamos apreender o universo de significações dos(as) entrevistados(as), através de processos de categorização, para a partir daí validarmos os resultados obtidos.

Essa monografia está estruturada em dois capítulos, além desta introdução e das considerações finais, afim de facilitar a apreensão do tema; um primeiro que irá explanar sobre a trajetória do Serviço Social e a Política de Saneamento no Brasil e, um segundo que irá trazer mais especificamente a atuação dos Assistentes Sociais na política de saneamento, através da análise dos relatos das entrevistas.

1 SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA DE SANEAMENTO: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE OS PROCESSOS HISTÓRICOS

Este capítulo tem como objetivo apresentar alguns elementos históricos que contribuíram para a atual configuração do Serviço Social enquanto profissão e do Saneamento enquanto política pública para tanto, este será subdividido em dois tópicos, um primeiro que irá trazer uma breve contextualização do Serviço Social no Brasil e sua aproximação com as Políticas Sociais e um segundo tópico que irá tratar da Política de Saneamento no Brasil.

1.1 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E SUA ATUAÇÃO NAS POLÍTICAS SOCIAIS

Para a discussão sobre o trabalho do assistente social, é fundamental destacar que o Serviço Social encontra-se inscrito na divisão sócio técnica do trabalho, sendo portanto consolidada no cerne das lutas de classe, o que explica o caráter contraditório existente na profissão; caráter este, ainda mais demarcado devido ao seu objeto de atuação.

Do ponto de vista jurídico normativo, esta profissão fora regulamentada pela Lei nº 8662/93, de 07 de junho de 1993, com alterações determinadas pelas resoluções CFESS nº 290/94 e nº 293/94, e balizada pelo Código de Ética, aprovado através da resolução CFESS nº 273/93, de 13 de março de 1993.

Iamamoto (1983) defende que, a partir da década de 1980, o Serviço Social definiu, claramente, como objeto de sua ação exatamente a questão social e suas expressões. Considerando a importância deste fenômeno para a profissão, compreendemos a questão social no cerne da relação conflituosa entre capital e trabalho, mais propriamente dito: a relação entre os detentores dos meios de produção e aqueles que vendem a sua força de trabalho, sendo esta então a relação que traz à luz as expressões da desigualdade que são inerentes ao sistema capitalista. Uma das concepções que traz a definição da questão social, mais aceita no campo do Serviço Social é a de Carvalho e Iamamoto (1983, p.77):

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

Importante destacar aqui, que a questão social em si e suas expressões não estão limitadas ao conceito de pobreza, pois entende-se que a pobreza sempre existiu, mas a questão social estaria interligada à pobreza exacerbada (pauperismo) como fruto da implementação do capitalismo. No caso do capitalismo brasileiro tem destaque o “caráter conservador” (SANTOS, 2008) ou seja, na implementação do sistema capitalista não houveram as mudanças necessárias nas bases societárias mas implementou-se de uma forma brusca ao compararmos com a implementação do capitalismo na Europa, por exemplo.

Em primeiro lugar, um traço econômico-social de extraordinárias implicações: o desenvolvimento capitalista operava-se sem desvencilhar-se de formas econômico-sociais que a experiência histórica tinha demonstrado que lhe eram adversas; mais exatamente, o desenvolvimento capitalista redimensionava tais formas (por exemplo, o latifúndio), não as liquidava: refuncionalizava-as e as integrava em sua dinâmica. Na formação social brasileira, um dos traços típicos do desenvolvimento capitalista consistiu precisamente em que se deu *sem realizar* as transformações estruturais que, noutras formações (v.g., as experiências euro-ocidentais), constituíram as suas pré-condições. No Brasil, o desenvolvimento capitalista não se operou *contra* o “atraso”, mas mediante a sua contínua *reposição* em patamares mais complexos, funcionais e integrados (NETTO, 1996, p. 18).

Esse fator impacta diretamente no próprio desenvolvimento do capitalismo no país, desde a implementação até a passagem para o capitalismo monopolista. A implementação brusca do sistema capitalista no Brasil teve como por características particulares a super exploração do trabalho, precarização e pressões intensas, deste modo configuraram-se diversos movimentos de reivindicação por parte dos trabalhadores, juntamente com o protagonismo dos sindicatos, o que deixa claro a perspectiva da questão social como fruto da relação capital e trabalho.

Diante desse panorama, surge o Serviço Social na década de 30, primeiramente como uma iniciativa de grupos mais favorecidos da sociedade ligados à Igreja Católica, com uma perspectiva assistencialista em um cenário de estruturação do mercado de trabalho brasileiro, no qual a atuação se dava tendo em vista a

reintegração ao mercado. A perspectiva teórica em que a profissão se encontrava era a de viés positivista na qual considerava-se as relações primeiras, ou, aparentes dos fatos sem esforçar-se em analisar a realidade dada (IAMAMOTO & CARVALHO, 1983).

Nos anos 60 iniciou-se um processo de questionamento do referencial teórico metodológico que vinha orientando a formação e atuação profissional. Esse questionamento se deu, principalmente, devido às mudanças políticas e econômicas que estavam postas com a expansão do capitalismo mundial. Expansão essa no que diz respeito à passagem para o capitalismo monopolista bem como a crise dos anos 60/70 dos modelos de produção fordista e taylorista e a entrada do modelo flexível, o que impactou no mundo do trabalho, como destacado por Netto (1996, p.92):

O capitalismo tardio, transitando para um regime de acumulação flexível, reestrutura radicalmente o mercado de trabalho, seja alterando a relação entre excluídos/incluídos, seja introduzindo novas modalidades de contratação (mais “flexíveis”, do tipo “emprego precários”).

Sendo assim, estando o Serviço Social inscrito na divisão sócio técnica do trabalho devido às influências externas das mudanças ocorridas, foi necessário que, durante esse momento de expansão do capital, a própria profissão passasse por um processo de “revisão” em seu interior afim de apresentar respostas mais efetivas às novas questões que estavam surgindo e sendo postas diante dos profissionais. O modelo de flexibilização é caracterizado por uma maior presença do exército industrial de reserva devido as relações de trabalho flexíveis e precárias.

Diante desse quadro mundial, no interior do Serviço Social, surgem três vertentes afim de mudar o rumo teórico, metodológico e, conseqüentemente, operativo da profissão; entre elas: a vertente modernizadora que se tratou de uma modernização conservadora de matriz ainda positivista, focada na eficiência e eficácia da intervenção profissional; a vertente fenomenológica, constando em um estudo do meio e do indivíduo que, para Netto (1994) seria uma forma de recuperar o conservadorismo que permeou desde o início a profissão; por último, a vertente marxista, crítica e dialética que traz para a profissão a importância do seu papel na sociedade de classes. Importante destacar, sobre a última vertente que ainda assim, foi uma aproximação tímida ao marxismo sem propriamente conhecer diretamente o

pensamento marxista, mas uma aproximação baseada em algumas interpretações de Marx, o que seria o chamado “marxismo sem Marx” (YAZBEK, 2009).

É, então, a partir das décadas de 70/80, mais especificamente na década de 1980, que o Serviço Social trilha seu caminho em direção à uma considerada maturidade e passa a ter outros focos e formas de atuação, baseados em novas perspectivas teóricas e políticas; é a partir da aproximação com a teoria marxista que inicia-se a ruptura com o tradicional conservadorismo herdado desde a gênese da profissão, embora não possamos deixar de destacar que ainda há resquícios deste. A teoria social de Marx é um enorme contraponto à perspectiva positivista inicial na atuação dos assistentes sociais, pois esta apreende o ser social em suas mediações bem como recusa entender o dado através, meramente, da aparência mas busca o “além daquilo que está posto” e analisar em todos os aspectos a causa disto; o que significou um reordenamento na atuação dos profissionais.

Retomando – após essa breve explicação da influência que as mudanças na sociedade e, conseqüentemente, no mundo do trabalho exercem no cerne da profissão - os assistentes sociais, devido à natureza analítica e interventiva da profissão, são chamados – pelo Estado - para atuar sobre a questão social em suas diversas expressões e, por conseguinte, acabam por se alocar nas mais diversas políticas de atuação como, por exemplo, saúde, assistência, habitação e entre outras. Em suma, o assistente social tem como horizonte de atuação profissional as mais diversas políticas sociais, sendo de sua atribuição planejá-las, executá-las, avalia-las, bem como, monitorá-las.

Ao destacarmos que o Serviço Social tem como objeto de trabalho a questão social, precisamos entender como se dá então essa atuação sobre este objeto, através de quê? Quais as medidas tomadas? A partir daí trazemos a discussão sobre políticas sociais que é a via principal pela qual os assistentes sociais, atuam nas mais diversas expressões da questão social. Porém, como uma profissão inserida na divisão sócio técnica do trabalho que possui seu próprio projeto ético e político, o Serviço Social possui uma natureza contraditória, à medida que atua dando respostas às demandas da classe trabalhadora, inversamente, responde, também, aos interesses do capital, o que fica claro na seguinte citação:

Portanto, o assistente social atua nas contradições inerentes a constituição da sociedade capitalista e ao mesmo tempo em que responde aos interesses do empregador, interpreta o campo ocupacional no qual se insere como trabalhador assalariado (TORRES, et al, 2015, p.3).

Ainda alguns autores como Guerra (2007) Pereira (2008) destacam, também, a natureza contraditória presente nas políticas sociais:

As políticas sociais, pela sua natureza contraditória, constituem-se, de um lado, numa forma de o Estado alcançar o consenso entre as classes, escondendo a incompatibilidade entre os interesses do capital e do trabalho e, de outro, como expressão das lutas sociais (GUERRA, et al, 2007, p.1-2).

O surgimento das políticas sociais está intrínseco à própria sociedade capitalista e seu funcionamento, bem como, a efetivação do capitalismo e seu modo de produção/reprodução. Dessa forma, se o capitalismo se deu de forma tardia e particular no Brasil, ocorrera o mesmo com as políticas sociais. Diante da questão social latente e fruto da relação capital e trabalho, os trabalhadores através da “consciência de classe”² engajaram-se em lutas políticas, no que diz respeito, às condições de trabalho a que esses estavam submetidos. A partir desse momento o Estado viu-se pressionado a atender essas reivindicações, é certo que as primeiras formas de resposta ou, primeiras tentativas de se estabelecer uma política social, se direcionaram a acalmar os ânimos dos trabalhadores, uma política de “pão e circo” na qual o Estado oferecia o mínimo possível para manter a ordem e, ainda assim estas ações eram consideradas como uma benevolência para os menos favorecidos. Logo, as reformas sociais que eram realizadas por parte do Estado, nessa época, não atingiam o centro da questão social mas eram apenas paliativas e incorporavam algumas das inquietações da classe trabalhadora.

Na trajetória da implementação da política social no Brasil, destacam-se dois momentos importantes; em um primeiro momento destacam-se o populismo de Getúlio Vargas e o momento da Ditadura Militar até o segundo momento da

² O termo “consciência de classe” é trazido por Marx em sua obra “A Sagrada Família” como a consciência do proletariado em relação ao seu momento presente e futuro, no caso, do que essa classe está “obrigada” a fazer historicamente devido a sua condição. Entendemos, então, que ao haver essa condição de tomada da consciência de classe, torna-se possível à classe trabalhadora (proletariado) atuar de forma consciente para o seu avanço.

promulgação da Constituição de 1988, sendo este o marco central que demarca o antes e o depois da política social brasileira.

A Era Vargas (1930-1945) foi considerada um período de ouro para os trabalhadores e seus direitos sociais, quando houve também a consolidação das leis trabalhistas, um reconhecimento das organizações populares (como os sindicatos) porém esse avanço não se deu por uma consciência clara por parte dos governantes mas partiu de uma estratégia na qual eles ofereceriam alguns direitos sociais de tal forma que os cidadãos não “percebessem” a retirada dos direitos políticos – relembrando que tudo isso se deu no momento de avanço do capitalismo monopolista.

Em 1964, o Brasil enfrentou um período de ditadura militar de forte restrição aos direitos políticos visto que os ditadores quando assumem o poder agem de forma incisiva contra a liberdade de expressão e organização política dos trabalhadores, buscando contrapor a isto a implementação de alguns serviços sociais. Passado esse longo período de recessão, marcado por lutas constantes da classe trabalhadora, na década de 80, mais especificamente no ano de 1988, promulgou-se uma nova constituição federal de caráter democrático, como fruto do acúmulo das lutas ao enfrentamento da Ditadura, correspondendo assim a uma enorme conquista da classe trabalhadora. As políticas sociais então surgem como uma forma de enfrentamento à recessão dos direitos de cidadania realizada durante o governo autoritário dos militares. O art. 3º da Constituição traz uma prévia da inclusão das políticas sociais e suas possibilidades:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; II – garantir o desenvolvimento nacional; III – erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV – promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer forma de discriminação.

Como já fora dito, a Constituição Federal de 1988 foi considerada uma grande conquista no que diz respeito aos mais variados direitos sociais e políticos; no entanto ao entrar na década de 90 do século XX – com os resquícios da crise de 70³- , o Brasil

³ Popularmente conhecida como a “crise do petróleo”, quando foi descoberto que o petróleo é um recurso natural não renovável, nesse momento houve um alto nível de inflação e retomada do índice crescente de desemprego.

passou por um momento de desmonte das políticas sociais no conhecido neoliberalismo, na perspectiva da reforma do Estado, trazida no Plano Diretor da Reforma do Estado que teve como principal formulador Bresser Pereira (1995) que acreditava que a crise estava localizada no interior do Estado, fazendo assim uma crítica às políticas sociais ao denominar o Estado como “Estado Elefante”, que se encontrava inchado justamente pelos gastos sociais excessivos. Dessa forma, afim de superar a crise inflacionária seria necessário reduzir esses gastos, indo então no cerne das políticas sociais, reduzindo-as. E atrelado a isto também relacionou-se a privatização das mais variadas empresas estatais. O Estado passaria a exercer um papel suplementar, gerenciador que interviria minimamente enquanto o mercado teria um papel mais contundente. Além disso, houve uma abertura para o capital internacional.

Concordamos com Behring (2008) que traz uma grande crítica a essa Reforma, identificando se tratar de uma Contra-Reforma, tendo em vista que o Plano de Bresser fora altamente conservador e regressivo no que diz respeito aos direitos legitimados na Constituição Federal de 88; consistia, na realidade, em um retorno às ideias liberais e a criminalização das políticas sociais.

Com a política neoliberal, as políticas sociais passam a ser cada vez mais raras, focalizadas, paternalistas, acessadas via mercado e se direcionam ao assistencialismo e, até mesmo, passando de responsabilidade do Estado para responsabilidade da sociedade civil – o conhecido terceiro setor.

Após essa breve trajetória é importante definir, devido à natureza do trabalho realizado pelos assistentes sociais - que a política social é uma espécie de política pública que é de responsabilidade do Estado. A política social, dessa forma, seria o conjunto das mais variadas ações que compilam para a proteção social. A partir disso, ao situarmos o trabalho dos assistentes sociais junto as políticas sociais, essa aproximação se deu, justamente, devido a gênese da profissão vinculada à questão social, sendo que, o Estado passou a requisitar profissionais especializados para dar resposta às diferentes expressões da questão social por meio das mais diversas políticas sociais.

O Serviço Social é, então, entendido como uma profissão atuante no que diz respeito aos direitos sociais, inserido na relação Estado, capital e trabalho, no seio

das políticas sociais. Não apenas como um mero executor dessas políticas, mas na própria elaboração delas, como expresso na Lei de Regulamentação da profissão 8.662/1993:

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social: I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares. (BRASIL, 1993)

Isto posto, trataremos na próxima seção, de forma mais específica da política de saneamento no Brasil, bem como discutindo a importância da atuação dos Assistentes Sociais nesta.

1.2 A POLÍTICA DE SANEAMENTO NO BRASIL

Os assistentes sociais têm sido requisitados para o planejamento, análise e execução das políticas urbanas, sendo que deixaremos em evidência aqui a Política de Saneamento que embora recente, tem sido alvo de grandes discussões principalmente pela sua relação com outras políticas como, por exemplo, saúde e habitação.

Tem-se evidenciado que a atuação dos Assistentes Sociais nestas políticas, provoca uma discussão sobre a educação ambiental no que tange aos projetos de urbanização e que têm sido cada vez mais constantes, impactando diretamente nas condições e modos de vida das populações.

A priori, trazemos uma breve contextualização da Política Urbana –importante para a abordagem da Política de Saneamento - à luz da Constituição Federal de 1988, que é tratada no capítulo II Art.182 ao se definir que a política de desenvolvimento urbano tem como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem- estar de seus habitantes.

Para compreender como se deu a legitimação da política urbana, partimos do entendimento de que esta foi impulsionada devido ao expansivo crescimento econômico e populacional nas metrópoles, sobretudo durante o período da Ditadura Militar, com o crescimento no que diz respeito às construções civis de moradias para aqueles que possuíam condições de pagá-las e mantê-las, enquanto a população mais subalterna não pôde acompanhar este crescimento. É a partir desse período que

intensificam-se e entram em cena os protestos em prol de alguns quesitos como a universalização/democratização do saneamento, moradia entre outros, tendo em vista que inicialmente essas ações encontravam-se no âmbito das elites.

Passada as décadas de 1980/90, as lutas pelas questões urbanas e mobilidade intensificaram, surgindo daí a Rede Nacional de Reforma Urbana que posteriormente passou a ser chamada de Fórum Nacional de Reforma Urbana – FNRU que consiste em um grupo das mais variadas organizações da sociedade civil que visam a Reforma Urbana a partir de um conjunto de políticas sociais, ou seja, podemos suscitar que eles visam a institucionalização da Política Urbana em si. O FNRU possui três princípios⁴ porém, destes, o que destacamos diz respeito ao primeiro que trata do Direito à cidade: “Todos/as os/as moradores/as das cidades têm direito à moradia digna, aos meios de subsistência, ao saneamento ambiental, a saúde e educação, ao transporte público e à alimentação, ao trabalho, ao lazer e à informação”. O destaque se deve ao fato desse princípio acoplar o saneamento ambiental como um direito aos indivíduos.

Partindo para a análise da Política de Saneamento como política pública de cunho social e caráter coletivo e, ainda, entendendo-a interligada à Política Urbana, destacamos que um dos maiores empecilhos que dificultam o desenvolvimento urbano – no seu sentido positivo, de avanço – consta exatamente na falta ou insuficiência de saneamento básico.

Importante destacar que, embora ainda não houvesse uma legislação específica, ações de saneamento existiram no decorrer dos séculos. Borja e Moraes (2008), ao trazerem alguns conceitos de saneamento, destacam que cada cultura apreende a noção de saneamento em virtude da relação homem-natureza e também em cada classe social no que diz respeito às condições materiais, nível de conhecimento e etc.

⁴ O Fórum Nacional de Reforma Urbana existe desde 1987 e traz três princípios básicos que o norteiam, sendo estes: Direito à Cidade, Gestão Democrática das Cidades e, por último, Função Social da Cidade e da Propriedade. Disponível em: <
<http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1406>>

Essas ações normalmente estavam interligadas a outras ações públicas. Um exemplo que pode ser trazido, de uma tentativa de instauração de ações de saneamento, foi pensando-o em sua relação com a saúde pública.

Segundo Heller (2006), a trajetória das ações de Saneamento no Brasil podem ser divididas em cinco períodos: um primeiro que foi do século XVI até meados do século XIX, quando o país era uma colônia portuguesa e as ações sanitárias possuíam um caráter individual, sendo poucas as ações de caráter coletivo, com a chegada da corte portuguesa no país passou a se preocupar mais com a higienização dos portos criando-se assim as primeiras instituições de saúde pública e higiene – porém apenas na capital do país.

O segundo período foi nos anos de 1850-1910, momento de crescimento das metrópoles e, conseqüentemente, maior risco de alastramento das epidemias; como exemplo de uma das ações tomadas – relacionado à saúde pública - em novembro de 1904 no Rio de Janeiro tinha uma realidade bem complicada devido ao rápido avanço industrial/mercantil, lixo espalhado pelas ruas, cortiços/favelas lotados, rede insuficiente de água e esgoto o que corroborou com a manifestação de diversas doenças. A rede insuficiente de água e esgoto – lê-se falta de saneamento básico – foi um dos principais causadores da proliferação dessas epidemias. Nesse quadro, o prefeito da cidade, juntamente com o sanitarista Oswaldo Cruz, promulgou uma campanha de vacinação obrigatória, porém não foi explicado à população o porquê disso, o que tornou a campanha um período de muito autoritarismo, com vigilantes sanitários entrando nas casas e aplicando as vacinas contra a vontade das pessoas, a população se manifestou e surgiu aí a conhecida Revolta da Vacina. Ainda, nesse segundo período o Estado assume os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário – ações essas que compõem o que entendemos por saneamento básico atualmente - como atribuição e os transfere à iniciativa privada, sendo que as ações executadas por essas empresas estavam no âmbito das elites.

O terceiro período de 1910-1950, impactado pela libertação dos escravos ocorrida no século XIX, aumentou-se a população excluída e que vivia à margem da sociedade além da exclusão destes de qualquer modernização que pudera ocorrer no país, tendo em vista essa situação a população passou a se manifestar frente às companhias privadas que agiam de forma limitada, a partir daí o Estado retoma a gestão dos serviços. Destaca-se nesse período a Liga Pró-Saneamento do Brasil, que

visava melhorias na saúde da população rural como agente importante para o desenvolvimento econômico do país. Esse período ficou considerado, ainda pelo mesmo autor, como o primeiro grande salto do saneamento na história do Brasil, ficando conhecido como “A Era do Saneamento”, perdurando até meados dos anos de 1950 quando passou-se a destacar a diferença existente entre saneamento e saúde.

O quarto período compreende os anos de 1950-1969, no qual o setor de saneamento, passa a assumir características próprias e, conseqüentemente, defendendo um caráter independente frente à política de saúde, foi um momento que surgiram novos modelos de gestão. Foi, também, nesse período que foi-se abrindo às portas para a futura implementação do Plano Nacional de Saneamento - PLANASA⁵, na década seguinte.

O quinto e último período, trazido por Heller, foi a partir da década de 70, quando o país vivia a ditadura militar, que a política urbana nacional passou a ser tratada de modo a afirmar o atual regime. O investimento nas ações de saneamento se deu afim de gerar novos empregos e impulsionar o desenvolvimento econômico de forma que a população focasse nesses avanços ao invés da rejeição à situação política que estava sendo vivida. Lançou-se então o PLANASA que tinha sua base nos recursos do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, recolhido pelas empresas.

Apresentados esses períodos, destacamos o início de 1980 marcado por uma grande crise fiscal que culminou na extinção – mais precisamente em 1992 – do PLANASA o que conseqüentemente impactou nos investimentos nas ações de saneamento que foram reduzidos. Diante desse quadro, ocorreram vários debates em torno da formulação de uma nova política de saneamento visando um marco regulatório.

A política de Saneamento no Brasil, ainda é considerada muito nova, pois só foi regulamentada, após longos 20 anos de debates, trazendo um novo marco regulatório através da Lei Nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007 (Lei Nacional de

⁵ O Planasa trazia de forma mais abrangente as questões de água e esgotamento sanitário, propondo um foco maior nestes.

Saneamento Básico) que fora promulgada através do Decreto n 7217, de 21 de Junho de 2010. Um dos aspectos mais importantes que a referida Lei traz, consagrado como um dos seus princípios, diz respeito à universalização do acesso aos serviços de saneamento básico e à participação dos diversos setores da sociedade no controle social. Buscamos destacar alguns dos princípios a qual a Lei se refere:

Art. 2o Os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais: universalização do acesso; II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados; V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;IX - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;X - controle social; XI - segurança, qualidade e regularidade.

Além da lei federal destacamos também o Plano Nacional de Saneamento Básico (PNSB) - publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 06/12/13 - constitui o eixo da política federal de saneamento, sendo responsável pela orientação do Estado nas formas de condução da política pública de saneamento básico. Dessa forma, é um plano que traça metas e estratégias visando à universalização do acesso aos serviços de saneamento básico. O PNSB atua em um horizonte de 20 anos e tem vigência nos anos de 2014-2033.

Sabe-se, ainda, que o fato de haver uma regulamentação não significa que exista essa ampla cobertura em todo o Brasil e para além disso, quando analisamos as regiões em que consta um índice elevado de pobreza demonstram que são as áreas onde a estabilização do saneamento é mais inferior.

Levantamos também aqui, a discussão dos interesses de classe que se envolvem por trás da efetivação de determinadas políticas. No caso do Saneamento se determinada área em questão não é considerada uma área lucrativa às vistas do capital não teria porquê investir nesta.

É relevante enfatizar o limite da regionalidade, em que as áreas de melhor/maior cobertura são sul/sudeste enquanto as de menor cobertura se

encontram na região norte/nordeste, como revelado tanto pelo censo do IBGE de 2010, que mostrou que 50% da população brasileira não possuía rede de esgoto. Os estados do Norte/Nordeste possuíam o pior índice de cobertura enquanto a região Sudeste possuía a maior cobertura, quanto também no Ranking de Saneamento Básico nas 100 maiores cidades que inclui dados oficiais do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, no ano de 2012.

Importante destacar que a ideia de saneamento básico tem a ver com todo um conjunto de ações, serviços e infraestrutura que envolve o abastecimento de águas, o esgotamento sanitário, a limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas. Portanto, uma ampla cobertura de saneamento básico deve abranger todos esses serviços citados.

No caso do Estado da Bahia, não é somente uma instituição responsável por todo esse conjunto de ações. Estes serviços de saneamento estão distribuídos em diferentes secretarias, empresas e órgãos da administração pública estadual e municipal. Por exemplo, na esfera estadual, a Companhia de Engenharia e Recursos Hídricos da Bahia – CERB desenvolve projetos de abastecimento de água principalmente em áreas rurais, e a Empresa Baiana de Águas e Saneamento - EMBASA fica responsável pelo abastecimento de água e esgotamento sanitário, principalmente das áreas urbanas, ambas instituições encontram-se vinculadas à Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento – SIHS responsável pelo abastecimento de água, esgotamento e drenagem, enquanto que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) é responsável pelos serviços relativos aos resíduos sólidos, limpeza urbana e drenagem. Portanto no Estado da Bahia a operacionalização das ações da política de saneamento básico encontra-se dividida em duas secretarias.

Ainda, trazendo para a realidade baiana, destacamos a Lei nº 11.172, de 1º.12.2008 – pioneira no país - que traz os princípios e diretrizes da Política Estadual de Saneamento Básico e, ainda, afirma a salubridade ambiental – ou saneamento básico – como um direito:

Capítulo I – Do Direito à Salubridade Ambiental

Art. 1º - Todos têm direito à vida em ambiente salubre, cuja promoção e preservação são deveres do Poder Público e da coletividade.

Parágrafo único - É obrigação do Poder Público promover a salubridade ambiental, especialmente mediante políticas, ações e a provisão universal, integral e equânime dos serviços públicos necessários.

Art. 2º - É garantido a todos o direito a níveis adequados e crescentes de salubridade ambiental e de exigir dos responsáveis medidas preventivas, mitigadoras, reparadoras ou compensatórias em face de atividades prejudiciais ou potencialmente prejudiciais à salubridade ambiental.

Para Ribeiro (2015), no exemplo da lei baiana, fica claro que o direito à salubridade ambiental existe, e que ficaria a cargo das condições materiais, institucionais ou as prestações efetivá-lo.

É competência do município organizar e prestar os serviços públicos de saneamento conforme o destaque do Art.30 da Constituição Federal que define os serviços públicos de interesse local como competência dos municípios.

Apresentados esses elementos gerais sobre a inter-relação entre o trabalho dos assistentes sociais e as políticas sociais, bem como o panorama da Política de Saneamento no Brasil, buscaremos, a seguir, analisar a atuação dos profissionais de Serviço Social nesta política.

2 O FAZER PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE SANEAMENTO

Considerando o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, bem como a inserção dos Assistentes Sociais nas Políticas Sociais, com um enfoque maior na Política de Saneamento, foi proposto, no ano de 2015, pensar uma pesquisa que abordasse as condições de trabalho dos assistentes sociais em Salvador, nas mais diversas políticas existentes, incluindo a Política de Saneamento. Recentemente, no ano de 2016, foi aprovado, junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, um outro projeto de pesquisa intitulado: “A realidade do Trabalho dos Assistentes Sociais nas Políticas de Habitação, Urbana e de Saneamento na cidade de Salvador/BA”, coordenado pela Profa. Jacqueline Samagaia. A partir da experiência nessas duas pesquisas e da percepção da falta de materiais que elucidassem a atuação dos assistentes sociais na política de saneamento, surgiu o interesse em aprofundar o tema, o que veio a ser o objeto de pesquisa dessa monografia. Para isso, escolhemos analisar alguns aspectos que se direcionam aos objetivos propostos, já apresentados neste trabalho.

Os dados de campo aqui apresentados são resultantes do projeto de pesquisa intitulado “O trabalho do Assistente Social em Salvador: contribuições para o debate atual”, já mencionado a partir do plano de pesquisa: “Condições de trabalho do Assistente Social em Salvador, na Política de Saneamento” ao qual esta autora esteve vinculada como bolsista, realizada no ano de 2015, quando foi possível analisar o recorte da Política de Saneamento. Diante dessa experiência, pretendíamos aprofundar mais alguns aspectos do trabalho dos assistentes sociais na referida política, através de novas entrevistas que seriam realizadas. Porém, em virtude do tempo e do processo burocrático de autorização da pesquisa pela instituição escolhida para o trabalho de campo, não foi possível.

Diante disso, na pesquisa de campo, utilizamo-nos das entrevistas anteriores que foram realizadas com quatro assistentes sociais da EMBASA, sendo que cada uma destas atua em áreas diferentes (gestão, execução, fiscalização, gerência) e, também, possuem vínculos empregatícios diferentes (concursadas e terceirizadas). Nas citações aqui mencionadas, serão utilizados nomes fictícios das entrevistadas afim de preservar o sigilo.

Assim, tendo por base esse processo de pesquisa, neste capítulo apresentaremos uma breve análise do trabalho do assistente social, apreendendo a relação entre a teoria e prática, buscando compreender que a atuação profissional envolve três dimensões básicas, sendo estas: dimensão ético-política, teórico-metodológica e técnico operativo. Ainda, para uma efetivação de sua atuação, o profissional deve, além de articular essas três dimensões, orientar-se pelo projeto ético político da profissão. Para realizar esta análise, serão apresentadas as análises das entrevistas realizadas e centradas na atuação dos profissionais de Serviço Social na Política de Saneamento, bem como os desafios que lhe são postos diariamente.

2.1 A INSTRUMENTALIDADE NO FAZER PROFISSIONAL

O Serviço Social está inserido na divisão sócio técnica do trabalho e, como todas as profissões, possui um projeto profissional, caracterizando-se como um projeto crítico e comprometido com a classe trabalhadora. Logicamente, para executar suas ações no processo de trabalho, os profissionais utilizam-se da instrumentalidade do Serviço Social que é justamente o que será apresentado na primeira parte deste capítulo.

Nesse âmbito, sendo uma profissão interventiva, é necessário que hajam respostas efetivas às demandas que são postas. Dessa forma, a instrumentalidade do Serviço Social não está relacionada apenas aos “instrumentos/meios concretos”⁶ utilizados. Neste sentido, Guerra (2000) destaca a presença do sufixo “idade”, na palavra instrumentalidade, o que denota capacidade de algo mais, assim a instrumentalidade refere-se não apenas a instrumentação técnica mas à capacidade constitutiva da profissão inserida no movimento sócio histórico. De tal modo que implicasse a análise em abordar as transformações societárias e suas implicações no trabalho profissional.

Nas palavras de Guerra (2000, p.1) a instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza

⁶ O que pode ser entendido apenas como o arsenal de instrumentos relacionados aos materiais e técnicas utilizados no exercício profissional.

objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade nas respostas profissionais que são dadas às demandas no cotidiano profissional.

A instrumentalidade então, está relacionada aos meios e aos fins utilizados para dar resposta às demandas. Assim, questiona-se: “Quais são os fins?” “Através de quais meios?”. A partir destas reflexões, entende-se que a instrumentalidade consiste no conjunto das dimensões: ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa.

Essas três dimensões são destacadas e apreendidas na profissão em meio à conjuntura dos anos 1990, quando a reestruturação produtiva incidiu no mundo do trabalho afetando, tanto as condições de trabalho dos assistentes sociais, quanto as demandas apresentadas pelos usuários, Dessa forma, a própria conjuntura demandou uma nova proposta de formação profissional para os assistentes sociais.

Durante esse processo de renovação e reformulação curricular, um ponto que fora levantado diz respeito à própria necessidade de uma apropriação rigorosa das fundamentações teórico, histórico e metodológica necessárias para, dessa forma, compreender, tanto as formações societárias que estavam ocorrendo, como também, buscar a partir dessa apreensão, melhores formas de respostas. Tendo em vista o significado sócio histórico e ideopolítico da profissão, a inserção do Serviço Social na realidade se deu através da necessidade da mediação entre o Estado e a Sociedade para o enfrentamento da questão social. Assim, tanto o significado sócio histórico quanto o ideopolítico da profissão estão inscritos no conjunto de práticas sociais demandados pelas classes e mediados pelo Estado, diante das expressões da questão social. Esta profissão possui caráter contraditório e tem na questão social sua base de fundamentação sócio histórica. Em relação a dimensão ético política do Serviço Social, no Código de Ética é destacado o compromisso que a profissão tem com a classe trabalhadora bem como a direção política na luta pela democracia, contra a hegemonia burguesa (COSTA, 2008). Nesta direção, o projeto ético político do Serviço Social traz o posicionamento dos profissionais em detrimento da equidade e justiça social, tendo em vista a universalização, ampliação e consolidação da cidadania.

Essas três dimensões presentes na instrumentalidade do Serviço Social se completam ou, como pode-se dizer, são horizontais uma à outra de forma que não há

uma ordem hierárquica entre elas; ambas são necessárias e se complementam para o mesmo fim da atuação profissional. Analisando-as brevemente, a dimensão ético-política diz respeito a posição política assumida pelos assistentes sociais – considerando-se a natureza contraditória da profissão – frente à sua intervenção. Assim, relaciona-se à direção social que se assume na intervenção. A dimensão teórico-metodológica consiste na apreensão das teorias/métodos e como estas se relacionam com a prática interventiva. E, por último, a dimensão técnico operativa refere-se à articulação dos meios e instrumentos técnicos utilizados para o desenvolvimento da intervenção.

A partir das entrevistas, foi possível ter alguns indicativos das perspectivas teóricas nas quais as profissionais fundamentam sua atuação nas instituições. Podemos deduzir, através das respostas, que as entrevistadas expressam a identidade com o posicionamento teórico e crítico hegemônico da profissão – sem, claro, desconsiderar o aporte técnico normativo da própria instituição. Em uma das questões levantadas, quando questionadas em relação as bases teóricas e metodológicas que embasavam a atuação na instituição, as respostas relacionaram alguns autores de referência na profissão, bem como o suporte teórico da própria política em questão. A entrevistada assim se coloca:

Marilda não deixa de ser, nem Paulo Netto, nem Sposatti. Nosso viés está muito voltado pra comunidade, então todos que trazem esse viés são os teóricos que a gente mais se aprofunda pra estar dando encaminhamento ao trabalho (TULIPA, 2016).

Ao afirmar que as ações se encontram voltadas para comunidades, quer-se referir que a atuação se volta para o atendimento das variadas demandas que são apresentadas diretamente pelos usuários. No caso da EMBASA, consiste no desenvolvimento de um conjunto de ações que visam promover uma melhor relação entre a instituição e a população. Outra entrevistada afirma que:

Eu me fundamento em todas as bases teóricas que a gente estuda na universidade, prevalecendo um debate sobre as teorias marxistas no meu modo de atuar. Mas, direcionado ao trabalho dentro da EMBASA, a gente o tempo inteiro tem como base a política nacional de saneamento, a lei federal, respeitando as leis municipais; a gente também trabalha com as legislações relacionadas a educação ambiental. Mas eu sempre consigo fazer um contraponto, no momento da atuação, com as bases teóricas que a gente viu

na faculdade, por que as vezes a gente fica questionando “pra que tanta teoria?” Mas é o tempo inteiro! Se a gente não tivesse lido/analísado os textos de José Paulo Netto, quando ele fala do início do capitalismo monopolista, a gente não iria conseguir interpretar esse sistema capitalista que a gente vive hoje e que tem a instituição inserida dentro dele, então a gente não ia conseguir fazer esse paralelo (GIRASSOL, 2016).

Destacamos, principalmente através desta última fala, a importância da teoria para desvendar a realidade e constituir a prática, o que nos remete ao mito de que “na prática, a teoria é outra”, jargão muito utilizado para, de certa forma, menosprezar a teoria diante da ação prática – fica mais explicitado quando a entrevistada, em sua fala traz “as vezes a gente fica questionando pra quê tanta teoria?” E a própria responde essa indagação destacando que se não tivesse se detido à formação teórica na universidade, não conseguiria interpretar a realidade atual e desenvolver sua atuação. Esse dito mito, então, estaria relacionado a se dar uma maior importância aos instrumentos e técnicas utilizados do que à própria teoria que fundamenta o trabalho profissional. Esse pensamento se dá, talvez, justamente pelo caráter interventivo da profissão, como critica Guerra (2011, p. 170):

Ao ser “enquadrado” como profissão de caráter eminentemente técnico, ao exercer funções executivas, o assistente social pensa poder eximir-se da reflexão teórica in totum e ficar seu foco de preocupações no seu cotidiano profissional, para o que os modelos analíticos e interventivos, testados e cristalizados pelas suas experiências e de outrem, são suficientes.

Quando isso ocorre – priorização da prática em detrimento da teoria – caímos no risco de uma prática tecnicista e puramente imediata, ou seja uma prática baseada em uma experiência já vivenciada, como se todas as demandas pedissem uma mesma intervenção quando, na verdade, é necessário se analisar dialeticamente cada demanda apresentada afim de se ter uma intervenção crítica e efetiva. Sobre isso, ainda Costa (2008, p.52) afirma que:

A teoria é a reconstrução, no nível do pensamento, do movimento do real apreendido nas suas contradições, nas suas tendências, nas suas relações e inúmeras determinações. E esse movimento se faz necessário porque a prática social, na sociedade capitalista não se revela de imediato, reafirmando-se, portanto a exigência metodológica para se apreender as múltiplas determinações e relações com uma totalidade, que é histórica.

Dessa forma, a teoria na qual baseamos o nosso olhar e intervenção é a teoria crítica marxista⁷ então, para compreendermos a realidade para além daquilo que se vê, as demandas para além daquilo que está sendo diretamente posto, é necessário que haja essa aproximação constante com a realidade mediada pela metodologia/teoria para apreendermos a totalidade. Sendo assim, é indiscutível a importância da teoria para a vida profissional e não apenas para o processo de formação universitária, justamente porque a instrumentalidade não é formada apenas nesse momento mas, constantemente o profissional deve se manter atualizado, de forma que a atuação não esteja sucateada.

Ainda dentro desse quesito, acreditamos que seja de suma importância essa constante relação entre a teoria/prática justamente para que os próprios profissionais estejam com o olhar sensível para compreender quais as demandas da instituição e dos usuários, no que diz respeito a diferenciar as demandas que são puramente de interesses institucionais e as demandas verdadeiras dos usuários.

Ao destacarmos o ponto referente às demandas, faz-se importante explicitar que, devido as alocações diversas na instituição, uma das entrevistadas atua na execução direta, tendo assim contato direto com a população usuária. As demais entrevistadas estão na área de planejamento e avaliação. Dessa forma, cada área demandas específicas e diferenciadas. Abaixo, traremos algumas falas sobre as demandas institucionais que expressam essa diversidade:

As demandas, elas tem muita semelhanças. Essencialmente o trabalho social na área de expansão de obras, ele é voltado para a elaboração dos projetos que serão executados durante as obras, produção do material que será licitado pra essas obras e gestão e fiscalização da execução do trabalho social nessas intervenções. E aí, o que muda são as cobranças, necessidades, a forma, digamos, da metodologia e estrutura de projeto, a forma de atuação nos projetos. Mas as demandas em si, em relação a instituição permanecem (LÍRIO, 2016).

A gente trabalha mais especificamente com a parte de planejamento. Então, o nosso trabalho é sistematizar as informações do trabalho que é desenvolvido nessas áreas, tanto na área de execução de obra quanto nas áreas que existem assistentes sociais que trabalham onde o sistema já está implantado. Porque a gente tem aqui essas fases, a fase de execução das

⁷ A opção por esta perspectiva teórica fora adotada, sendo defendida por autores importantes como: Iamamoto, Netto, Guerra, bem como, encontra-se destacado nos documentos legais da profissão: Código de Ética, Projeto Ético Político. Embora essa perspectiva seja a central, ainda encontra-se resquícios de outras perspectivas em discursos e atuações de alguns profissionais.

obras que nós temos aqui é um trabalho pontual que tem início, meio e fim; onde tem projetos sociais que são desenvolvidos durante esse período e as assistentes sociais é que são coordenadoras desses projetos, junto a elas trabalham outras pessoas de nível médio e pontualmente algumas pessoas que vão conduzir oficinas de aprendizagem, oficinas de educação ambiental, oficinas que estão previstas naquele projeto que foi pensado para aquele município, para aquela obra, para aquele sistema que está em execução (MARGARIDA, 2016).

É perceptível que as demandas institucionais se dão pelo âmbito do trabalho social no que diz respeito à formulação e implementação de projetos visando também o controle e participação social dos membros da localidade. Para Jacobi (2005, p.232) este processo consiste em:

A participação deve ser entendida como um processo continuado de democratização da vida dos cidadãos, cujos objetivos são: promover iniciativas a partir de programas e campanhas especiais visando o desenvolvimento de objetivos de interesse coletivo; reforçar o tecido associativo e ampliar a capacidade técnica e administrativa das associações e; desenvolver a participação na definição de programas e projetos de interesse coletivos, nas suas diversas possibilidades.

O trabalho social, muitas vezes, consiste em um conjunto de ações e estratégias que, se limita à “promover” uma “boa integração” entre a população e a instituição buscando corroborar com a sustentabilidade dos serviços oferecidos, visando a aceitação da população. Como exemplo do trabalho social nesta direção, podemos destacar as experiências realizadas na Política de Habitação e Saneamento, que tem uma das linhas de ação centrada na educação ambiental. Sobre isso, Menezes (2015, p.172) alerta que:

Os programas habitacionais buscaram apoio no trabalho social para a implementação das ações governamentais envolvendo o assistente social, o qual se torna um dos principais protagonistas desse processo, exercendo o papel de mediação entre a população mais pobre, alvo dos programas, e o Estado. Desenvolve-se aí uma prática tutelar e educativa que visa a discussão, a aprovação, o aceite e a adaptação da população aos modelos dos programas habitacionais

Essa é uma das principais críticas feitas ao trabalho social nos programas que encontram-se vinculados a estas políticas: ausência de um diálogo efetivo que busque ouvir a população e não apenas se referir à ela, a ação tutelar e meramente comportamentalista que visa a “imposição sutil” dos modelos propostos pela

instituição. Na busca de superar esses detalhes, tem sido proposto um novo Projeto Técnico de Trabalho Social:

O Projeto Técnico de Trabalho Social – PTTTS, passa a ser entendido como um projeto integrado de intervenção urbanística e social, voltado para o desenvolvimento de um processo pedagógico participativo junto à comunidade, visando o resgate da cidadania e a melhoria da qualidade da vida social e ambiental, cujas linhas de ação são complementares entre si: desenvolvimento comunitário e controle social, regularização fundiária, implantação de infraestrutura urbana, projetos habitacionais, educação sanitária e ambiental e geração de trabalho e renda (MENEZES, 2015, p.173).

Portanto, o trabalho social no âmbito do saneamento, busca desenvolver uma maior participação social, tornando os indivíduos cientes de seus direitos afim de que eles sejam os principais atores sociais, bem como, objetiva um maior grau de aceitação dos indivíduos aos serviços que serão implementados. Mais uma vez é demonstrado o caráter contraditório da profissão que ora atende às necessidades institucionais, ora as necessidades dos usuários.

Considerando que o setor em que as entrevistadas, acima, encontram-se alocadas é o de gestão/planejamento, uma das principais demandas consta na elaboração de projetos que, para Teixeira (2009), exige um maior conhecimento teórico e prático, denotando mais uma vez a importância da articulação entre as dimensões:

A formulação de políticas sociais, com as atuais exigências de democratização do espaço público, tende a atravessar o espaço estatal e civil da sociedade brasileira, deixando de ser cada vez mais decisão adstrita ao âmbito da gestão e do poder. Cabe, entretanto, a gestores e técnicos, processar teórica, política e eticamente as demandas sociais, dando-lhes vazão e conteúdo no processo de planejamento e gestão, orientando a sua formatação e execução. Não bastam pronunciamentos políticos gerais e abstratos que afirmem intenções sociais. É necessário que sejam materializadas por meio de um cuidadoso processo de planejamento institucional, com alcance capilar, indicando desde concepções globais até ações (na ponta), de execução de políticas públicas (TEIXEIRA, 2009, p. 2-3).

Fora levantada, também, uma questão acerca das demandas trazidas pelos usuários. Nesse momento, percebemos uma certa dificuldade por parte de algumas entrevistadas que por estarem alocadas na área de gestão e planejamento, torna o

contato direto com os usuários mais limitado. As falas a seguir destacam como umas das principais demandas: a compreensão dos impactos das obras bem como seus benefícios.

Olhe, as pessoas falam muito assim de passagem em áreas sem prévia autorização ou, às vezes, reclamam por causa da demora mesmo do fechamento de áreas que foram abertas em função da obra. Tem reclamações inúmeras... Enfim, são demandas múltiplas. Mas, normalmente o questionamento da comunidade vai muito mais em questão da própria intervenção da obra, dos impactos da obra e dessa questão mesmo da continuidade da execução (LÍRIO, 2016).

Eu não trabalho diretamente com o usuário, com o cliente externo da Embasa... A gente já trabalhou! A gente já teve a oportunidade de lidar diretamente com as famílias, com a população e a comunidade impactada pela implantação de um sistema de esgotamento sanitário ou abastecimento de água por exemplo. Então eu já tive a oportunidade de trabalhar lá na ponta fazendo o trabalho de esclarecimento das pessoas em relação a esses serviços, a obra em si e aos benefícios que ela estaria trazendo para a população. Mas isso é uma coisa que eu trabalhei quando estava na área da engenharia, na área de execução de obras mesmo (MARGARIDA, 2016).

Embora compreendamos que essas profissionais não tenham contato direto com os usuários tanto quanto os profissionais que atuam na execução da política, ainda assim estas são responsáveis pela elaboração/execução/avaliação de projetos. Desta forma, refletimos sobre a necessidade de conhecer a realidade vivenciada pela comunidade usuárias dos serviços e suas principais demandas, bem como os conflitos advindos do impacto da obra na vida desta população, o que não apareceu nas entrevistas no momento em que questionadas sobre as demandas. Destacamos, mais uma vez, a competência teórico-metodológica, que remete a qualificação do profissional para discernir a realidade na qual ele atua, realidade essa que abrange as dimensões política/econômica/cultural/social.

Tendo em vista que o nosso compromisso profissional, do ponto de vista político, é com a classe trabalhadora e, da perspectiva teórica é com a dimensão crítica, é preciso que estivéssemos atentos à necessidade de compreensão da realidade vivida pelos usuários e não somente aos interesses/objetivos da instituição que, na maioria das vezes, atende às demandas que lhe são favoráveis. O que incide sobre o planejamento das ações.

(...) a exigência de conhecimentos construídos a partir de uma visão da totalidade e o reconhecimento da dimensão política das necessidades sociais são requisitos indispensáveis para o desenvolvimento de processos de planejamento. O planejamento reafirma a necessidade dos profissionais em se qualificarem na perspectiva de superar o imediatismo e definir as melhores estratégias de forma criativa e propositiva (BONIN, 2014, p.39).

Ou seja, cabe ao assistente social entender de forma teórica, política e prática as mais variadas demandas sociais que lhe são postas com relação às formas de vida, aos desdobramentos das desigualdades sociais e suas implicações na realidade da população, sobretudo em um país desigual como o Brasil.

Com relação às respostas das entrevistadas, cabe destacar que a demanda mais recorrente – incluindo a área de planejamento – é identificada através das “dúvidas trazidas pelos usuários” com relação às obras, o que se torna uma forma imediata de considerar a demanda como a dúvida em si. Esta pode ser realmente a demanda imediata/aparente. Logo a resposta à essa demanda seria elucidar as dúvidas, o que parece ser realizado com empenho pelas profissionais. Porém, entendemos que a compreensão das demandas, em uma perspectiva crítica, extrapola este olhar, sendo necessário refletir sobre elas no contexto da política de saneamento, questão esta que se torna um desafio para os profissionais e para a formação em serviço social, dado ser uma política que recentemente tem se demandado ao serviço social como área de trabalho.

Destacamos aqui, a importância da interdisciplinaridade tendo em vista que o trabalho social se dá através de uma equipe composta por diversos profissionais, dessa forma para uma atuação efetiva perpassa também a união dos saberes. Como exemplo, considerando que uma das demandas tem referência com a obra física, sendo necessário aí um parecer mais técnico – que, normalmente, é atribuição da engenharia. Logo, é necessária que haja um diálogo entre a equipe para que, dessa forma, o diálogo e a intervenção com a população compreenda todas as suas especificidades. Partindo desse viés, a interdisciplinaridade pode ser entendida da seguinte forma:

a interdisciplinaridade, favorecendo o alargamento e a flexibilização no âmbito do conhecimento, pode significar uma instigante disposição para os horizontes do saber. (...) Penso a interdisciplinaridade, inicialmente, como postura profissional que permite se pôr a transitar o “espaço da diferença”

com sentido de busca, de desenvolvimento da pluralidade de ângulos que um determinado objeto investigado é capaz de proporcionar, que uma determinada realidade é capaz de gerar, que diferentes formas de abordar o real podem trazer. (RODRIGUES, 1998, p. 156)

Outra dimensão do exercício profissional diz respeito às exigências técnico-operativas que relacionam os instrumentos utilizados pelos profissionais. Nas entrevistas, quando questionadas sobre os principais instrumentos e/ou técnicas utilizados, surgiram as seguintes respostas:

O principal instrumento, vamos lá, o projeto de trabalho técnico social eu considero um instrumento como se fosse uma bíblia do nosso trabalho aqui dentro, ele norteia todo o desenvolvimento das ações das assistentes sociais e o nosso processo de fiscalização; dentro desse projeto, a gente tem um cronograma das nossas atividades que a gente acompanha se as assistentes sociais executoras estão cumprindo ou não com esse cronograma. A gente também trabalha muito com relatórios sociais, planilhas, tudo que a gente faz exige registro fotográfico pra evidenciar, exige uma ficha de avaliação pra saber a satisfação das pessoas ou a necessidade de redirecionar a próxima ação, a gente usa muito Datashow, dinâmica... (GIRASSOL, 2016).

Pesquisa-ação sempre, entrevistas, reuniões comunitárias, oficinas, eu acho que todos os instrumentos de evolução do trabalho comunitário a gente utiliza aqui dentro. A gente tem um caderno metodológico onde tem tudo. Então, assim, todos os instrumentos e técnicas que a gente utiliza, todas as metodologias utilizadas nas atividades, nas oficinas, então a gente construiu esse caderno aqui, esse é o de metodologia e preços e temos outro que é o caderno de orientação do trabalho social. Então, é como se fosse uma bíblia pra gente. Todos os técnicos, quando entram aqui, recebem esse material exatamente para poder se apropriar e a gente não fugir da linha de trabalho da gente que é uma linha própria que precisa ser respeitada de alguma forma e, para que, o trabalho seja desenvolvido da melhor forma possível (TULIPA, 2016).

Os instrumentos utilizados se dão em conformidade com o trabalho técnico social que para ser efetivado é necessário que haja um diagnóstico social, econômico, produtivo, ambiental e etc. Em suma, um diagnóstico que englobe as características da população bem como as características da intervenção que será realizada político-institucional do território e dos participantes desse território, considerando também as características da intervenção.

A importância desses diagnósticos se dá justamente na aproximação com a população local - os usuários - afim de se compreender quais as necessidades daquela localidade. Embora a política de saneamento seja a mesma ou seja, as ações em torno do saneamento público são as mesmas, cada localidade requer o seu próprio

projeto justamente pelo fato de possuir a sua própria cultura, a sua própria realidade. Logo, o trabalho do assistente social não pode ser uma “receita de bolo” como referido na citação abaixo:

Mais do que meramente aplicar técnicas “prontas” – como se fossem “receitas de bolo”, o diferencial de um profissional é saber adaptar um determinado instrumento às necessidades que precisa responder no seu cotidiano. E como a realidade é dinâmica, faz-se necessário compreender quais mudanças são essas para que o instrumental utilizado seja o mais eficaz possível, e, de fato, possa produzir as mudanças desejadas pelo Assistente Social – ou chegar o mais próximo possível (SOUSA, 2008, p.124).

Ainda, quando a relação se dá de forma direta com o usuário, existe nessa relação as mais variadas formas de enfrentamento devido à diversos fatores que impactam na vida desses usuários, o que vai requerer dos assistente sociais entender a particularidade de cada realidade.

A reunião, também referida como “reunião comunitária” em uma das falas, é um instrumento utilizado, normalmente, para levantar algumas discussões que envolvam o tema principal, gerando uma reflexão sobre esse, afim de alcançar uma decisão coletiva. Importante destacar que é um espaço de interesses diferenciados, tendo em vista que há uma diversidade de pessoas. Dessa forma, concordamos com Sousa (2008) quando diz que, cabe ao assistente social perceber esse momento de confronto de opiniões e como relacioná-las, exigindo colocar em prática suas competências teórico e política.

Como referido na citação anterior: “tudo que a gente faz exige registro fotográfico pra evidenciar; exige uma ficha de avaliação pra saber a satisfação das pessoas ou a necessidade de redirecionar a próxima ação” a documentação, também, é um instrumento de suma importância para o exercício profissional, como considera Lima et. al (2007), para o próprio registro da prática que possibilita um olhar investigativo da realidade, ainda:

a documentação pode ser considerada como um elemento constitutivo da ação profissional, uma vez que ela lhe dá materialidade ao comprovar a realização da ação, realizada de diferentes formas, ou seja, em fichas, prontuários, relatórios de atendimentos (individuais, familiares ou de reuniões e de assembléias) realizados em instituições ou em domicílios, dentre outros (LIMA, T.C.S et al, 2007, p.95)

Diante das demandas, dos instrumentos, da capacidade teórica e política, para compreendermos como se efetiva a atuação dos assistentes sociais devemos considerar, também, as condições nas quais esses profissionais estão submetidos; dessa forma discutiremos esse ponto na próxima seção.

2.2 CONDIÇÕES OBJETIVAS DE TRABALHO

A importância de discutir as condições objetivas de trabalho se dá pelo fato destas impactarem diretamente na atuação, ou através de possibilidades ou de limites, como expresso na citação abaixo:

Aliado a esses fatores que estão articulados, pode-se dizer que o processo interventivo não se constrói *a priori*, ao contrário, faz-se no seu próprio trajeto, e essa construção não depende só do Assistente Social, mas também dos outros sujeitos envolvidos, dentre eles, o espaço sócio-ocupacional no qual o profissional está inserido e os destinatários das ações nele desenvolvidas (MIOTO, 2009, p.27).

Para discutirmos as condições objetivas de trabalho, é necessário que façamos um paralelo com a realidade do país – ou, até mesmo, a realidade mundial, de forma a compreender que é um contexto bem mais amplo que envolve e impacta nas condições de trabalho – na qual o sistema capitalista encontra-se com um forte caráter neoliberal, conseqüentemente, causando transformações no mundo do trabalho que tem passado por um processo de reestruturação produtiva e, também, mudando seu padrão de acumulação para uma acumulação flexível (HARVEY, 1996). Esse modelo no mundo do trabalho é caracterizado pela precarização das condições de trabalho, flexibilização das relações, desemprego estrutural. Ainda, as políticas públicas, no geral, são fortemente impactadas, possuindo um caráter focalizado. Dito isso, apresentaremos algumas questões que foram levantadas acerca desse quesito.

Com relação às 30 horas de trabalho garantidas por lei⁸ para a atuação do Assistente Social, ambas entrevistadas falaram que as 30 horas são respeitadas; referem também que a empresa foi uma das primeiras em colocar em prática esta lei,

⁸ Lei nº 12.317, de 26 de Agosto de 2010 dispõe sobre a duração do trabalho do Assistente Social. Disponível em: http://planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12317.htm

convocando uma reunião e estabelecendo o horário. Apenas no caso das assistentes sociais que assumem cargo de gerência, estas cumprem uma carga horária de 40 horas:

Sim, foi a primeira instituição na Bahia a chamar todos, no dia que saiu, no outro dia eles chamaram a gente, reuniu as assistentes sociais e disseram que a partir do dia seguinte só trabalharíamos 30h. Eu não trabalho 30h, trabalho 40h, mas porque eu assumo cargo de direção e todo mundo que assume cargo de gestão aqui fica 40h porque a gente recebe a mais pra isso. Mas, os demais técnicos todos respeitam as 30h (TULIPA, 2016).

São, desde que instituiu a lei, desde que foi promulgada a Embasa chamou, foi a empresa que chamou todo mundo pra falar, rediscutir a carga horaria do contrato como eu tinha sido contratada em 2005, fui contratada antes da lei, a gente teve que fazer uma alteração no contrato mesmo, a gente teve que fazer uma modificação na cláusula ao invés de número de horas a gente fechar o contrato em 30 horas semanais (MARGARIDA, 2016).

Uma questão importante, dentro das condições objetivas de trabalho, diz respeito às transformações do mundo do trabalho. Na entrevista indagamos se essas, de alguma forma impactaram na atuação profissional. E caso tenham impactado, quais foram as mudanças geradas. O aumento de demandas e/ou diminuição do quadro de funcionários foram alterações destacadas pelas entrevistadas:

Várias! Aumentou as demandas, o número de profissionais não foi suficiente. Nós tivemos demandas novas e também tivemos dificuldade de ter profissionais qualificados no mercado e também dentro da empresa. A falta de capacitação naquele momento foi vivenciado. As mudanças estruturais da empresa afetaram diretamente o trabalho da área social em si. Nós tivemos mudanças positivas e mudanças negativas, que acabaram dificultando o caminho que estava sendo percorrido com a visão mais voltada para a construção de um trabalho conjunto, solidificado. Então, a gente teve que retomar tudo de novo (...)" (MARGARIDA, 2016).

Na realidade mudaram as demandas. Em alguns casos, aumentou demanda e diminui o número de profissionais. Ou, pode ser até que tenha aumentado o número de profissionais mas não foi exatamente na proporcionalidade que seria necessária ao aumento da demanda. No nosso caso específico, o que houve foi redução de número de profissionais e mudanças de atribuições, sendo que a gente ainda está se familiarizando pra saber exatamente se a gente vai cumprir com essa equipe que a gente tem, ou se a gente vai ter necessidade de ampliação futura (LÍRIO, 2016).

Fica claro nas falas, o impacto da atual reestruturação produtiva no trabalho dos Assistentes Sociais, requerendo assim que haja uma reorganização no trabalho destes, vivenciando a precarização que se expressa no aumento da carga de trabalho,

o que muitas vezes compromete a atuação efetiva dos profissionais e sua própria condição de trabalho.

Ainda, neste contexto, destaca-se um processo conhecido como terceirização que consiste na contratação de um serviço intermediado por uma outra empresa prestadora de serviços; ou seja, a relação se dá entre o trabalhador e a empresa prestadora de serviços e não entre a empresa contratante. Na fala abaixo, percebemos o impacto da terceirização no trabalho:

Estamos passando por esse momento agora, momento de reestruturação, a gente tá vivendo aqui na EMBASA a “deterceirização” hoje a gente tem a grande maioria, você ver, só tenho eu de própria aqui e trabalho com seis técnicas que são terceirizadas. Então, isso realmente não é viável. Não que eu queira que as meninas sejam demitidas mas eu quero que as pessoas entrem aqui por concursos, as pessoas precisam estar aqui dentro efetivadas pela empresa. Então a gente está passando por esse processo de “deterceirização”, o Ministério Público está cobrando da empresa quanto a isso e a EMBASA está tomando suas atitudes (TULIPA, 2016).

Nesse sentido, ainda, a terceirização acaba por enfraquecer a mobilização dos trabalhadores pelo fato de que as orientações do trabalho são dadas pela empresa contratante, enquanto todo o vínculo trabalhista (salário e outros benefícios) é tratado com a empresa prestadora de serviços. Além de haver divergências entre os salários, embora os concursados e terceirizados exerçam a mesma função, atendam às mesmas demandas, cumpram os mesmos prazos, os concursados possuem um sentimento de “segurança” e um salário maior; enquanto os terceirizados ficam a cargo de um contrato que terá fim, em um dado momento, e um salário inferior.

Por exemplo, eu enquanto terceirizada, a gente está passando por um momento crítico no país, de crise... E eu sei que meu trabalho depende de obra e, se não tem obra, o que justifica meu trabalho? O que justifica ter 40 pessoas em um departamento que não tem obra? Então, provavelmente, possa vir a ocorrer cortes e aí tem horas que eu vejo as colegas fazendo “meu Deus, vou fazer o que da minha vida?” (GIRASSOL, 2016).

Essa insegurança, que paira sobre os terceirizados, ficou ainda mais explícita no momento em que fora levantada uma questão que abordava as condições de saúde dos trabalhadores e se essa teria alguma relação com a forma que a política vinha sendo estruturada, efetivada:

Consigno analisar, isso é complicado viu, essa pergunta aí, ainda mais eu que sou terceirizada. Deveria ser feita pra própria, por que vocês não perguntam pra própria? (risos) Porque, assim, tem pessoas que não conseguem lidar com a pressão, porque trabalhar em uma instituição privada não é igual você trabalhar em uma instituição pública você sendo concursada (GIRASSOL, 2016).

A entrevistada não respondeu no momento, mas ao finalizarmos a entrevista ela deu seu parecer e solicitou que não fosse exposto devido, justamente, ao seu vínculo empregatício. Percebemos, ainda, que a terceirização, além de representar a precariedade ao trabalhador, traz danos à política, como descontinuidade diante da grande rotatividade de profissionais, por exemplo.

Para Druck (2011) um outro aspecto da reestruturação produtiva diz respeito à intensificação do trabalho que se dá pelos novos padrões de gestão e organização do trabalho. Um exemplo disso é adoção de metas que visam uma maior produtividade e lucratividade, como pode ser percebido nas falas:

O cumprimento de metas é muito exigido, sim, porque a gente está numa empresa, então a gente tem metas, tem planejamentos anuais e quando a gente não consegue cumprir a gente tem que justificar junto ao nosso gestor e de imediato e reprogramar, a gente justificando, isso estando bem justificado, a reprogramação ela é negociada dentro de um prazo exequível (MARGARIDA, 2016).

Sim, a Embasa trabalha com uma estrutura de gerenciamento por diretrizes, então a gente tem uma escala de processos de indicadores, objetivos, metas... tanto do ponto de vista corporativo quanto setoriais, que a gente precisa alimentar e cumprir pra que a gente possa alcançar a missão em visão da empresa, dentro do tempo que está estabelecido no planejamento estratégico (LÍRIO, 2016).

Ainda, quando questionamos uma das entrevistadas – que se encontra na condição de terceirizada – se, além das metas institucionais específicas da Embasa, haveriam metas da empresa que intermediou sua contratação, ela respondeu que não, e acrescentou:

A função dela no processo de gerenciamento é pagar, dar estrutura financeira porque todo o processo aqui é orientado pela própria EMBASA, nesse modelo de gestão atual (GIRASSOL, 2016).

No que diz respeito a essas metas, entendemos como uma forte estratégia do capital que, em sua maioria das vezes, releva as especificidades do trabalho social frente às demandas, e visam apenas o modelo de eficiência e eficácia da empresa em si, desconsiderando a necessidade real da comunidade. Por exemplo, para uma determinada ação em dada área pode estar estabelecido que hajam X visitas domiciliares – como instrumento dos assistentes sociais – porém seja percebido pelas profissionais uma outra necessidade. Assim como essa cobrança por quantidade implica em uma queda na qualidade, tornando o trabalho mecânico afim de responder as metas cobradas pela empresa e não as demandas dos usuários.

Por ora, esses foram os pontos que mais apareceram em relação aos instrumentos, demandas e condições objetivas de trabalho. A seguir serão apresentados alguns desafios que têm sido colocados frente à atuação, nessa política, desses profissionais e quais os possíveis enfrentamentos.

2.3 DESAFIOS À ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE SANEAMENTO

Discutir a atuação não é apenas discutir o que é feito e como se é feito mas, também, discutir os desafios e empecilhos que impactam nessa atuação. Como um dos desafios mais recorrente, diante das falas das entrevistadas, destacou-se a questão de gênero e a hierarquia das profissões, conforme as respostas abaixo:

Não explicitamente. O que acontece é que a gente tem áreas que são dominadas historicamente por uma presença masculina, e que tem um poder atribuído a isso, é muito grande. Vim para a área de saneamento, numa empresa eminentemente de engenharia, onde existe a presença masculina. Imagine, você, assistente social, questionar alguma coisa de uma intervenção em um canteiro de obras, ou, em uma obra dessas... obviamente que não é uma coisa simples. Já vivenciei, sim, você participar de reunião em que as pessoas acham que não é importante você estar ali. Muitas vezes se confunde pelo social ter uma presença muito feminina, então se confunde muito a questão de gênero com a própria questão da área social (LÍRIO, 2016).

Sim, exatamente porque a gente trabalha no meio de homens. A gente trabalha, em sua grande maioria, com engenheiros e, lógico que muito deles tem uma certa desconfiança. Então você precisa ter uma postura muito forte, se posicionar de forma muito coerente para que você tenha respeito (TULIPA, 2016).

Vou citar um exemplo, o fato de ser assistente social, não só mulher mas o fato de ser assistente social foi uma coisa que já me rendeu algumas

discussões dentro da empresa... Teve uma vez que o colega não me conhecia, eu era gestora do meu departamento, nos outros departamentos tinham outros profissionais e eu não, eu só queria assistentes sociais... Então aí o cara chegou, novo na empresa, recém contratado da embasa, ele fez um comentário sobre o fato da gente muitas vezes se dirigir a comunidade pra conversar com a comunidade. Foi assim, ele disse que a gente ia fazer o social, mas o social com uma conotação irônica, quando ele disse que era pra chamar o serviço social pra ir fazer o social. Eu falei com ele sobre o que era o serviço social e especificamente na embasa o que é que ele fazia de benefício para o trabalho que ele como engenheiro desenvolvia e eu fiz ele me olhar de outro jeito e me pedir desculpas e as minhas colegas também (MARGARIDA, 2016).

Quando abordadas se já viveram ou presenciaram algum processo de discriminação, devido ao gênero, as respostas trouxeram a relação entre as duas questões - apresentadas acima- , tendo em vista que atuam em uma empresa em que há uma forte presença de engenheiros, havendo aí a chamada hierarquia das profissões na qual as intervenções físicas se sobrepõem ao trabalho técnico social. Ainda, se agrava mais a partir do fato de que Serviço Social é uma profissão majoritariamente feminina.

Percebe-se que ainda há uma falha no entendimento, por parte dos profissionais, sobre o que é o trabalho social, sendo que este também é um trabalho técnico. Dessa forma, ele envolve tanto os profissionais da área social quanto os técnicos do projeto físico, logo consiste em um trabalho pluridisciplinar.

(...) começando pela exclusão do “dualismo” contido na divisão entre o “trabalho social” e o “projeto físico”, ou seja, entre “obra” e “social”, ou entre “engenharia” e “serviço social”. A articulação entre o trabalho técnico e o saber dos agentes sociais locais no planejamento das ações é de fundamental importância para o rompimento de paradigmas (MENEZES, 2015, p.173).

A política de Saneamento não inicia e se encerra na obra, mas envolve a compreensão da realidade daquela localidade na qual irá ser efetivado os serviços. Nós, enquanto assistentes sociais, possuímos um olhar próprio da profissão para apreender e interpretar essa realidade, sendo defendido assim a importância do Serviço Social.

Ainda, o caráter eminentemente feminino da profissão repercute na forma como é visto o desenvolvimento do trabalho social, considerando-o menos importante. O “fazer social” – que apareceu de forma irônica no relato de uma das entrevistadas – é

pré-requisito para se realizar ou não essa obra. Porém, essa questão abrange ainda um desafio da própria sociedade, que é o machismo enraizado que considera as profissões que possuem um vínculo social, pedagógico e de caráter predominante feminino, como profissões que não possuem tanto impacto para sociedade e que podem ser facilmente substituídas.

Cabe a nós – diante desses dois desafios apresentados - enquanto classe profissional, defendermos e nos posicionarmos quanto a importância do nosso trabalho nessa política e, ainda, como expresso no nosso Código de Ética, devemos lutar por uma sociedade igualitária, visando romper, entre outras coisas, com o machismo.

O trabalho social, em si, envolve a capacidade de dialogar com as condições reais porém visando a superação das objetividades presentes. Uma das vertentes desse trabalho é a educação ambiental que tem enfrentado alguns desafios recorrentes. Um desses desafios consiste justamente no caráter contraditório da profissão, tendo em vista que a educação ambiental – às vistas das instituições – é utilizado, muitas vezes, como um mecanismo de controle da população, buscando reduzir as dúvidas da população para que esta concorde com o que tem sido proposto; a luta pela educação ambiental deve se dar pelo caráter propiciador do debate entre as pessoas, visando não apenas apresentar a ação da instituição mas compreender e relacionar, também, os saberes locais, dessa forma voltada para a comunidade.

Outro desafio diz respeito, ainda, a dicotomia da teoria-prática que deve ser superada afim de possibilitar aos profissionais (técnicos) um olhar crítico e questionador frente às situações cotidianas, bem como cooperar para que a população faça essas reflexões durante os debates, como citado abaixo:

Para isso, é relevante que o técnico social adote uma postura de contínuo questionamento frente à realidade, registre as situações cotidianas em que seu conhecimento é desafiado e as questões que faz sobre sua prática. Do contrário, ele será mero seguidor de receitas pré-definidas por outros, querendo, de igual modo, fazer com que a população adote comportamentos e siga normas de modo mecânico e irrefletido, ou seja, desconsiderando a dimensão política e reflexiva da educação ambiental. (CARDOSO, 2015, p.180)

Considerar a realidade da população, seus saberes é justamente o que irá cooperar para uma educação ambiental efetiva, tendo em vista que não é apenas o técnico social que irá contribuir com a população, mas a própria população irá contribuir com as possibilidades de ação dos técnicos.

Citamos alguns dos desafios recorrentes no âmbito profissional, mas entendemos que esses desafios não estão restritos apenas a este, mas encontra-se uma grande lacuna desde o processo de formação dos profissionais. Durante a trajetória acadêmica não há nenhuma matéria que discuta a Política de Saneamento em si, o que dificulta abordar como se dá a atuação nessa política. Como exemplo, trazemos o curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia que, se aproximou mais da discussão a partir da aprovação do projeto de pesquisa que discutiu o trabalho dos assistentes sociais nas mais diversas políticas em Salvador, incluindo a de Saneamento e, após o término dessa foi proposta uma nova pesquisa que focou na política de Saneamento de forma específica e, também, a inclusão de uma disciplina optativa que discute as políticas de habitação e saneamento, a partir do segundo semestre de 2016.

Por último destacamos a urgência que se tem por trabalhos produzidos e publicados por profissionais da área, afim de compartilharem suas experiências e enriquecerem o debate pois, embora seja uma política nova, o Saneamento tem requerido significativamente o trabalho dos assistentes sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos iniciais da proposta de análise para este trabalho abarcavam novas entrevistas que destacassem, de forma mais profunda, a atuação dos assistentes sociais na política de saneamento, considerando que este é um tema ainda pouco explorado. Porém, como apresentado na introdução deste estudo, não foi possível realizarmos essas novas entrevistas. Diante desse fator, foram utilizadas entrevistas anteriores que encontravam-se centrada em contribuir com o debate das condições de trabalho dos assistentes sociais nas mais variadas políticas, contudo, diante do plano de trabalho, foi possível centrar o foco em compreender de que forma tem sido efetivado o trabalho do assistente social na referente política.

Buscamos destacar aqui as questões que consideramos mais importantes para analisar, tendo como ponto de partida as demandas que são postas para os profissionais de serviço social nesta política, os instrumentos utilizados para respondê-las, as condições de trabalho às quais os profissionais se encontram submetidos, bem como os limites/desafios que os assistentes sociais têm enfrentado nessa política. Objetivando contribuir com o conhecimento específico dessa área considerando que, embora recente, a referida política tem requerido a atuação dos profissionais de Serviço Social.

Ao resgatarmos a trajetória do Serviço Social no Brasil foi possível percebermos a prevalência da perspectiva crítica presente na profissão que, profissão esta que, diante dos limites e possibilidades que lhe são impostas - seja no âmbito interno como também nas influências externas sofridas pelas transformações societárias – busca, através de um movimento permanente de reflexão-ação repensar sua orientação e atuação.

Os assistentes sociais atuam respondendo demandas postas pelas necessidades advindas das mais variadas expressões da questão social, resultantes, dentre outras coisas, da falta de acesso à políticas públicas essenciais. Considerando a inserção destes profissionais nas políticas públicas, foi apresentado a trajetória da Política de Saneamento no Brasil que enfrentou diversos desafios até ser, enfim, promulgada no ano de 2007, e que vem passando por algumas tentativas de assegurar o direito ao saneamento como um direito social.

Considerando a inserção dos assistentes sociais nessa política, percebe-se que a atuação tem se dado em torno da formulação, execução e avaliação de projetos, bem como a educação ambiental que está inscrita no trabalho social. No contexto desta análise, buscamos reforçar a necessidade da atuação profissional estar direcionada à classe trabalhadora contribuindo com o fortalecimento do papel de protagonista desta classe que expressa a grande maioria dos usuários desta política frente às mudanças sociais.

Como analisado na discussão consolidada neste estudo, com relação ao trabalho do assistente social na política de saneamento, é necessário que haja um diálogo entre as condições reais vividas pelos usuários, visando superá-las. Dessa forma entra em questão a capacidade do profissional de articular as três dimensões presentes na profissão; considerando seu arcabouço teórico, a vertente ético-política defendida pela profissão, bem como relacionar os instrumentos técnico operativos a esses.

Alguns desafios têm sido impostos diante do atual contexto profissional, como a dicotomia entre a teoria-prática, a questão de gênero existente na profissão, o “saber social” que muitas vezes é considerado inferior em detrimento as demais profissões. Neste sentido, cabe aos assistentes sociais atuarem e defenderem seus espaços de trabalho, para que seu trabalho esteja bem consolidado e os demais profissionais possam compreender a importância da especificidade desta profissão.

A importância dessa monografia se dá, de forma, a contribuir com as produções acadêmicas sobre esse tema, tendo em vista que ainda há uma grande lacuna, tanto no que diz respeito à formação acadêmica quanto, também, aos materiais publicados que se relacionam ao tema. Essa lacuna é exemplificada desde o momento da decisão pelo tema da monografia, sendo que, quando expresso e publicizado no âmbito acadêmico e na convivência com outros grupos, muitas pessoas demonstravam surpresa e indagações do tipo: “E tem assistente social nessa área?” “Quais as suas atribuições?” Dessa forma, este trabalho visa contribuir com as discussões que porventura possam surgir durante a trajetória, tanto acadêmica quanto profissional, tendo em vista que há uma quantidade expressiva de profissionais que atuam, hoje, na Política de Saneamento e poucos estudos sobre o tema. Não pretendemos, desta forma, apenas elaborar críticas ao trabalho realizado, mas sim alertar sobre a

importância de ampliar as reflexões sobre a atuação dos profissionais nesta áreas afim de contribuir com novas discussões.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; ALENCAR, Mônica Maria Torres de. **Serviço Social, trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

BAHIA. **Lei n. 11173, de 1 de dezembro de 2008**. Institui princípios e diretrizes da Política Estadual de Saneamento Básico, disciplina o convênio de cooperação entre entes federados para autorizar a gestão associada de serviços públicos de saneamento básico e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, Bahia, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BONIN, Silvana. **Planejamento e Serviço Social**. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

BORJA, Patrícia Campos; MORAES, Luiz Roberto Santos. O acesso às ações e serviços de saneamento básico como um direito social. In: BORJA, Patrícia Campos; MORAES, Luiz Roberto Santos (Org.). **Temas Transversais: plano municipal de saneamento básico**. 1 ed.. Salvador: ReCESA/NURENE, 2008, v.1 p.11-24.

_____. In: BORJA, Patrícia Campos; MORAES, Luiz Roberto Santos (Org.). **Temas Transversais: plano municipal de saneamento básico**. 1ed. Salvador: ReCESA/NURENE, 2008, v.1 p.29-39.

BRASIL. **Decreto 7.217, de 21 de junho de 2010**. Regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 21 de junho de 2010.

_____. **Lei Nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007**. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 5 de Janeiro de 2007.

CARDOSO, Ana Maria Ferreira. **Educação ambiental no PAC habitação/saneamento**: desafios e perspectivas. p.175-184. IN BAHIA. Secretaria do Meio Ambiente. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Na trilha com o educador: uma experiência de educação ambiental no programa de aceleração do crescimento – PAC, Bahia. Secretaria do Meio Ambiente. – Salvador: EGBA, 2015. 200p. (Série: Técnicas e Didáticas Ambientais)

CASTRO, Maurílio. A Reforma Sanitária e o projeto ético-político do Serviço Social: elementos para o debate. In: BRAVO, Maria Inês Souza et al.(Orgs.). **Saúde e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, Rio de Janeiro: UFRJ,2004.

COSTA, Francilene Soares de Medeiros. **Instrumentalidade do serviço social**: dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e exercício profissional. 2008. 147 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Formação Profissional, Trabalho e Proteção Social; Serviço Social, Cultura e Relações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

DRUCK, Graça. **Trabalho, Precarização e Resistências**: novos e velhos desafios? Caderno CRH, v.24, UFBA, Salvador, 2011.

GIL, Antônio. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 6ed Editora Atlas, 2011.

GUERRA, Yolanda; ORTIZ, Fátima da Silva Grave; VALENTE, Joana; e FIALHO, Nádia. O Debate contemporâneo da “Questão Social”. **Anais III Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007.

Disponível em:

http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/mesas/31faf46bb74c9b64aa7dYolanda_fatima_Joana_Nadia.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2017.

GUERRA, Yolanda. Cadernos do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais, “**Capacitação em Serviço Social e Política Social**”, Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais, CFESS/ABEPSS- UNB, 2000

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**; Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. 7º ed. São Paulo: Cortez, 1998.

HELLER, L. **Acesso aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Brasil**: considerações históricas, conjunturais e prospectivas. Centre for Brazilian Studies University of Oxford, 2006. Working Paper Number CBS-73-06. 59p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1983.

JACOBI, P. **Descentralização municipal e participação dos cidadãos**: apontamentos para o debate. Revista Lua Nova (20), 1990.

LIMA, T. C. S. et al. **A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais**: algumas considerações acerca do diário de campo. In Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 6 n. 1 p. 93-104. jan./jun. 2007

MENEZES, Adalva Pereira. **Importância das articulações das equipes técnicas-sociais para a eficiência das ações do PAC**. p.169-174 IN BAHIA. Secretaria do Meio Ambiente. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Na trilha com o educador: uma experiência de educação ambiental no programa de aceleração do crescimento – PAC, Bahia. Secretaria do Meio Ambiente. – Salvador: EGBA, 2015. 200p. (Série: Técnicas e Didáticas Ambientais)

MORAES, Luiz Roberto S. **Conceitos de Saúde e Saneamento**. Salvador: DHS/UFBA, 1993. 6p.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1994.

_____. Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo n. 50., p. 87-132, abr. 1996., n. 50.

PEREIRA, Ana Luísa Guimarães. **Serviço Social**: análise da trajetória da profissão na empresa de águas e saneamento S. A; (EMBASA)/ Departamento de ações comunitárias (EAC) - (2007 a 2010); 2010; Monografia; (Aperfeiçoamento/Especialização em Serviço Social: Direitos e Competências) - Universidade de Brasília; Orientador: Jucileide Ferreira do Nascimento.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social**: temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008. 214 p. ISBN 9788524913914

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012 (Coleção biblioteca básica de serviço social; v.6).

RODRIGUES, Maria Lucia. O Serviço Social e a perspectiva interdisciplinar. in Martinelli, M. L. e outros(org). **O Uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. São Paulo: Cortez/ Educ, 1998.

SENADO FEDERAL. **CCJ deve analisar proposta que torna saneamento básico direito social**. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2017/02/ccj-deve-analisar-proposta-que-torna-saneamento-basico-direito-social>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

SOUSA, Charles Toniolo de. **A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional**. Emancipação, Ponta Grossa, 8(1): 119-132, 2008. Disponível em <<https://www.slideshare.net/glossen/a-prtica-do-assistente-social-conhecimentoinstrumentalidade>>. Acesso em. 02 mar. 2017.

RAICHELIS, Raquel. O Assistente Social como Trabalhador Assalariado: desafios frente à violação de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, jul./set. 2011.

RIBEIRO, Wladimir Antônio. O saneamento básico como um direito social. **Revista de Direito Público da Economia**, Belo Horizonte, v. 13, p.229-251, out. 2015. Trimestral.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. **Formulação, administração e execução de políticas públicas**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília:

CFESS/ABEPSS, 2009. Documento digital em formato PDF disponível em: <http://cressrn.org.br/files/arquivos/5x595ziU0wuEf5yA63Zw.pdf>. Acesso em: 08 de Março de 2017.

TORRES, Mabel Mascarenhas; FREITAS, Isabelle Vallim de; MONTAGNINI, Tainá. **O exercício profissional do assistente social: um estudo a partir dos artigos publicados em periódicos na área de Serviço Social**. In: I Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos, 2015, Londrina - PR. I Congresso Internacional de Políticas Sociais e Serviço Social: desafios contemporâneos. Londrina - PR: Universidade Estadual de Londrina - Departamento de Serviço Social, 2015. v. 01. p. 01-09.

TUROLLA, Frederico. **Política de Saneamento Básico: avanços recentes e opções futuras de política públicas**. Brasília. 2002.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos histórico e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 143-164.